

Crónica do assalto final

ÍNDIA PORTUGUESA - 1961

1961 – Março.8

De Lisboa larga para Goa o navio *Niassa*, levando a bordo um contingente de 1355 militares para rendição de tropas que concluíram na Índia Portuguesa a sua comissão.

1961 – Março.27

No porto de Mormugão atraca o navio *Niassa*, de onde é desembarcado um pequeno contingente militar metropolitano para rendição das guarnições distritais do Estado da Índia Portuguesa, com 911 efectivos destinados a Goa (3611km² com 548 mil habitantes), 324 para Damão e 120 para Diu.

- «O primeiro-ministro Nehru, encorajado pela explosão da revolta armada em Angola, colocou algumas exigências peremptórias aos portugueses. Nehru anunciou que a Índia “não estava disposta a tolerar a presença dos portugueses em Goa, ainda que os goeses os quisessem lá”.»¹
- «Deflagrada a guerra em África, [...] por mando de Costa Gomes a partir de 1961 foram transferidas da Ásia para África muitas e muitas munições. [...] Os ataques terroristas à província de Angola, tinham despertado no espírito do pândita Nehru dois tipos de sentimentos, o primeiro dos quais era o de certo vexame: apesar do seu apregoado pacifismo sentia-se ultrapassado pelo Congo ex-Belga que, mesmo meio asselvajado e recém-chegado à independência, se tinha atrevido a agredir Portugal ficando impune e sendo aplaudido pelas mais altas instâncias internacionais; por outro, verificando que eram os americanos que estavam por detrás do então principal movimento terrorista actuando em Angola, sentiu-se seguro de que ninguém o admoestaria.»²
- «As primeiras palavras de alarme, quanto ao provável ataque da União Indiana [sobre Goa], ouvimo-las da boca do comandante militar [brigadeiro António José Martins Leitão], em visita que efectuou [a Navelim] ao Agrupamento [Afonso de Albuquerque, a 3km de Margão], em Abril de 1961.»³

¹ (Cann, op.cit pp.60); ² (Múrias, op.cit pp.97,93); ³ (Carlos Morais, op.cit pp.51);

1961 – Abril.19

No areópago da ONU em Manhattan, o Comité de Informações reage ao discurso «rapidamente e em força» do PM Salazar e insiste que «Portugal não fornece informações sobre territórios que administra e não manifesta intenção de as fornecer; e que Portugal tem obrigação de as transmitir sem mais demoras»: neste sentido é apresentada mais uma resolução anti-portuguesa, que é aceite à discussão na XV-AG por 9 votos (EUA, Argentina, Ceilão, Ghana, Índia, Iraque, Libéria, México e República Dominicana), contra 2 (Espanha e França) e 4 abstenções (GB, Austrália, Holanda e Nova Zelândia); ou seja, com uma pequena variação, repete-se a votação do passado 14 de Dezembro.

1961 – Abril.20

Termina em Casablanca a cimeira anticolonialista da *FRAIN*, cujos dirigentes marxistas anunciam a substituição daquele *frentismo* instalado clandestinamente em Argel, por um organismo com o mesmo espírito mas sob a designação de *Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas* (CONCP), presidida pelo comunista angolano Mário de Andrade, que proclama:

- «A unidade de acção das organizações nacionalistas em luta, usando todos os meios necessários para a imediata eliminação do colonialismo português e para a libertação de todas as formas de opressão; e o estabelecimento de contactos com as organizações democráticas portuguesas.»
- De 18 a 20 de Abril de 1961 realizou-se em Casablanca a I CONCP, organizada pelo MPLA, PAIGC e pela Liga de Goa; a UPA de Holden Roberto, que ainda participara na fundação da *FRAIN*, excluíra-se da CONCP [que] elegera Mário Pinto de Andrade como presidente e o [médico goês] dr. Pundolika Gaitonde como secretário-geral, aprovou uma Declaração Geral (definindo-se como “frente unida” dos movimentos de libertação das colónias portuguesas), uma série de resoluções relativas às colónias africanas, à Oposição portuguesa e à ONU, tendo por fim declarado a extinção da *FRAIN*. Os representantes da CONCP [que vai ficar sediada em Rabat]¹, foram recebidos pelo rei de Marrocos, que lhes prometeu apoio ao programa de liquidação do colonialismo e obtenção da independência imediata.»²
- «A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) tinha a sua sede em Rabat, capital de Marrocos. Secretariada pelo goês Aquino de Bragança e pelo moçambicano Marcelino dos Santos [ambos dirigentes do MANU e residentes em Rabat], era composta principalmente pelo MPLA e PAIGC. Recebeu asilo e ajuda em Marrocos, graças à alegada amizade pessoal existente entre o rei Hassan II e Marcelino dos Santos. [...] Na sua maioria de raça mista e em muitos casos casados com mulheres brancas, quase todos tinham passado longos anos na Europa. [...]. Já conhecia alguns dos dirigentes da CONCP, que passaram por Londres em 1961.»³

– «Na falada “Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas”, ridículo ápodo dessa reunião fantoche em que a farsa comunista foi descaradamente convincente, estiveram presentes os embaixadores da China Comunista, da Rússia, da Tunísia, da RAU (Egipto) e da Argélia. E enviaram cumprimentos a Krustchev, chefe supremo dos grandes exploradores do mundo, com seus crimes e desgraças que o tempo julgará e condenará.»⁴

¹ (na Rue Paul Tirard nº6-1^o, residência de Marcelino dos Santos); ² (Duarte Silva, op.cit pp.41/2); ³ (McGowan, op.cit pp.30,116/7); ⁴ (Orbelino, op.cit pp.32)

1961 – Abril.25

Perto de Pangim, o posto policial de Betim¹ é atacado por um grupo de terroristas que matam dois guardas goeses² e fogem sem ser detectados.

¹ (entre Mandovi e Reis Magos); ² (um dos quais, «assassinado num baile»)

1961 – Julho.13

Em Jacarta, o representante do MNE indonésio Oemarjadi Njetowiono entrega aos correspondentes da AFP e da Reuter um «comunicado sobre Timor e Goa»¹, emitido pela Comissão Indonésia de Solidariedade Afro-Asiática.

– «Quando da [planificação para a] invasão do Estado da Índia, [o PM indiano Jawaharaal] Nehru tentara convencer Mao Tse-Tung e Sukarno a agirem simultaneamente, ocupando Macau e Timor. Ambos se recusaram.»²

Entretanto em Dili, o governador tenente-coronel Filipe Themudo Barata recebe de Lisboa uma directiva do EMGFA sobre a defesa de Timor e um telegrama do Ministério do Ultramar, informando que «círculos diplomáticos em Lisboa manifestam convicção que China, Indonésia e União Indiana estão concertados para entre 20 e 23 corrente actuarem contra Macau, Timor e Goa».

– «Salazar em 21 de Julho de 1961, então ministro da Defesa, tinha determinado a redução das nossas forças estacionadas em Goa, Damão e Diu para poder reforçar, na oportunidade, a frente de Timor onde tinham surgido problemas e sobretudo a frente de Angola.»³

– «Houve uma crise em Timor e nós [governo-geral do Estado da Índia Portuguesa], até mandámos os nossos aviões [dos TAIP] num esforço quase sobre-humano, através do Índico e do Pacífico até chegar a Timor, podendo quase só utilizar bases mais do que suspeitas, inimigas. Foi realmente um “tour de force”, que se deveu à forma valente como os nossos aviadores dos TAIP fizeram os transportes. E ficámos, assim, com uma companhia [do Exército] a menos. Os reforços eram cada vez menos e, por isso, cada vez menores os efectivos.»⁴

¹ (Cunha Leal, op.cit pp.219/220); ² (Silva Cunha, op.cit pp.250); ³ (Almeida Santos, op.cit vol.I pp.129); ⁴ (Vassalo e Silva, em 1974; cf Botelho da Silva, op.cit pp.57)

1961 – Julho.17

De Lisboa larga no NTT “Niassa” um contingente de tropas para as províncias ultramarinas do Extremo-Oriente, com três companhias de caçadores especiais (366-BC10 e 367/369-BC5) treinadas no CIOE-Lamego e destinadas a reforço do CTI-Macau, seguindo a primeira sob comando do capitão de infantaria António dos Santos Ramalho Eanes.

1961 – Agosto.7

Em Lisboa o MNE Franco Nogueira recebe em audiência solicitada o embaixador norte-americano Elbrick, que verbalmente lhe transmite as seguintes «instruções formais recebidas de Washington»:

– «O apoio dos Estados Unidos ao conceito de autodeterminação de modo nenhum implica o apoio americano a quaisquer aspirações intervencionistas ou expansionistas ou a ataques depredatórios contra territórios ultramarinos portugueses por parte de outras nações. Pelo contrário, os Estados Unidos sem dúvida se oporiam, nos planos político, diplomático e nas Nações Unidas, a quaisquer tentativas de estados vizinhos de anexarem territórios ultramarinos portugueses.»

– «Salientei ao embaixador que o valor do que acabava de me dizer dependia da publicidade que lhe fosse dada. [...] Desde o início da administração Kennedy, eram quase constantes as conversas com o governo de Washington. Para este o dilema era então o seguinte: desejavam que Portugal fosse um aliado seguro, mas desejavam também agradar aos afro-asiáticos; o que lhes parecia incompatível com o apoio ou simples anuência à política de Portugal em África. Era naquele momento histórico, a conciliação do inconciliável; e daí as contradições permanentes, os recuos e os avanços da política americana da época.»¹

¹ (Franco Nogueira, in “Diálogos...” vol.I pp.63,70)

1961 – Agosto.11

Em Nova Delhi, o governo pacifista do pândita Nehru anuncia a decisão unilateral de englobar no território da República da União Indiana, a partir de hoje, os ocupados enclaves portugueses de Dadrá e Nagar-Avely.

– «Desde Agosto de 1961, possuía o Governo Português informações sobre os preparativos indianos. Através dos seus serviços especiais, o Governo de Lisboa conhecia com minúcia os movimentos das forças indianas.»¹

– «Em Agosto, o Governo português estava ao facto das intenções e dos preparativos da União Indiana, até mim [governador-geral] o reflexo dessas informações nunca chegou.»²

– «A União Indiana integra no seu território os enclaves de Dadrá e Nagar-Avely, em manifesto desrespeito pela decisão [proferida em 12Abr60] do Tribunal Internacional de Justiça. [...] Na segunda quinzena de Agosto de 1961, devidamente credenciado pelo Governo central, o director da PIDE coronel Homero de Oliveira Matos deslocou-se a Goa a fim de, a sós, avisar o governador-geral da invasão que se preparava nos nossos territórios da Índia. O general Vassalo e Silva não só não quis aceitar como verdadeiras as informações prestadas, que considerou fantasia dos nossos serviços secretos, como acrescentou ter notícias de amigos seus na União Indiana, de que esta se encontrava interessada no arranjo das nossas estradas.»³

¹ (Franco Nogueira, in “As Crises...”); ² (Vassalo e Silva, em 1974; cf Botelho da Silva, op.cit pp.56); ³ (Carlos Morais, op.cit pp.26,54)

1961 – Agosto.14

No palácio das Necessidades, o MNE Franco Nogueira envia ao embaixador de Portugal na ONU, um telegrama urgente relacionado com a situação no Estado da Índia Portuguesa, do qual se extrai o seguinte:

- «O parlamento indiano aprovou [no dia 11] uma lei, apresentada pelo governo da União, integrando Dadrá e Nagar-Avely na soberania indiana. Sobre o assunto é hoje aqui publicada uma nota oficiosa, assim como o texto da nota que, por intermédio do Brasil, entregámos em Nova Delhi. [...] Deve dirigir uma carta ao presidente do Conselho de segurança, enviando os referidos documentos. Também [...] outra ao secretário-geral ou ao presidente da Assembleia. [...] Solicitará que as cartas e seus anexos, sejam circulados a todos os membros. [...] Convirá que sejam salientados os pontos principais da nota oficiosa e da nota entregue em Nova Delhi, sobretudo aqueles que atestam os nossos direitos.»

1961 – Agosto.23

No parlamento de Nova Delhi, o PM Nehru – que na próxima semana viaja para Belgrado a fim de co-presidir ao *I Plenário dos Países Não-Alinhados* –, inicia um debate sobre política externa e refere-se ao distrito português de Goa, nos seguintes termos:

- «Julgo que estão amadurecendo as condições para avançar. É-me difícil dizer qualquer coisa de definitivo. Mas, no contexto do que se passa nas colónias portuguesas lá fora, o que hoje se passa em Goa produzirá novas situações, necessitando uma nova atitude. Estamos a vigiá-la com atenção.»
- «A impotência do Conselho de Segurança [da ONU] e o silêncio da Assembleia Geral ratificaram, de certo modo, a utilização da força em Goa. A tese indiana triunfa, visto que nenhuma instância internacional chegou a contestá-la. A prática internacional parece admitir uma “excepção de colonialismo” que põe em causa, em certos domínios, a aplicação do direito internacional tradicional.»¹
- «No final do Verão de 1961 estavam assim postadas contra o Ultramar português as principais forças políticas mundiais, quer as que dominavam espiritualmente o planeta (o catolicismo, o liberalismo e o marxismo), quer as que sem sombra de dúvida o dominavam materialmente.»²

¹ (Maurice Flory, in “Les implications juridiques de l’affaire de Goa”, pp.484; ed.AFDI, 1962); ² (Múrias, op.cit pp.93)

1961 – Setembro.5

Em Lisboa o ministro de Estado adjunto do PM, Correia de Oliveira, anuncia o seu projecto para a criação do Mercado Único Português.

- «De uma parte juntavam-se pragmaticamente Salazar e Franco Nogueira, para os quais qualquer estrutura política e económica servia desde que, para o exterior e em si mesmo, Portugal se mantivesse uno; do outro reuniam-se quantos, de Adriano Moreira aos oposicionistas radicais, passando por Correia de Oliveira e Marcelo Caetano, consideravam prioritária uma reforma revolucionária da organização constitucional e institucional da Nação-Estado dispersa pelo mundo. [...] O que separava Salazar, Franco Nogueira, Correia de Oliveira e Adriano Moreira, não era todavia o essencial: quando se chegava ao ponto de discutir Portugal como Nação una, todos se entendiam; e nesse ponto não se encontra uma palavra diferente em cada um dos textos coevos tratando da problemática. Para os quatro, Portugal era um só, do Minho a Timor. Os quatro divergiam quanto às formas tácticas e estratégicas de preservar a unidade. [...] Dentro do regime, Salazar só era discutido por Marcelo Caetano.»¹

Enquanto isso em Belgrado, os 24 representantes dos Não-Alinhados aprovam uma extensa declaração final do respectivo primeiro conclave e da qual, entre os 27 pontos (da 3ª parte), se destaca o seguinte:

- «1- The participants in the Conference solemnly reaffirm their support to the “Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and peoples”, adopted at the 15th Session of the General Assembly of the United Nations and recommend the immediate unconditional, total and final abolition of colonialism and resolved to make a concerted effort to put an end to all types of new colonialism and imperialist domination in all its forms and manifestations. 2- The participants in the Conference demand that an immediate stop be put to armed action and repressive measures of any kind directed against dependent peoples to enable them to exercise peacefully and freely their right to complete independence and that the integrity of their national territory should be respected. Any aid given by any country to a colonial power in such suppression is contrary to the Charter of the United Nations. The participating countries respecting scrupulously the territorial integrity of all states oppose by all means any aims of annexation by other nations. [...] 4- The participating countries drew attention with great concern to the developments in Angola and to the intolerable measures of repression taken by the Portuguese colonial authorities against the people of Angola and demand that an immediate end should be put to any further shedding of blood of the Angolan people, and the people of Angola should be assisted by all peaceloving countries, particularly members states of the United Nations, to establish their free and independent state without delay. 5- The participants in the Conference demand the immediate termination of all colonial occupation and the restoration of the territorial integrity to the rightful people in countries in which it has been violated in Asia, Africa and Latin America as well as the withdrawal of foreign forces from their national soil. [...] 13- The participants in the Conference reaffirm their conviction that: (a) All nations have the right of unity, self-determination and independence by virtue of which right they can determine their political status and freely pursue their economic, social and cultural development without intimidation or hindrance; (b) All peoples may, for their own ends, freely dispose of their natural wealth and resources without prejudice to any obligations arising out of international economic cooperation, based upon the principle of mutual benefit and international law; in no case may a people be deprived of its own means of subsistence.»²

Por essa ocasião em Lisboa, o MNE Franco Nogueira remete ao embaixador de Portugal na ONU, uma carta a ser entregue ao presidente do respectivo Conselho de Segurança, da qual se extrai o seguinte:

- «Deseja o Governo português, perante o que antecede, formular duas observações. Regista-se, em primeiro lugar, que foi a ameaça de recorrer à agressão armada, com o emprego do próprio exército indiano, e que esta ameaça foi oficialmente feita pelo primeiro-ministro da União [Indiana]. Como meio ou processo de resolver conflitos ou divergências, ainda que artificialmente criados, como é o caso presente, não está o uso da força armada previsto nas normas que regulam a vida da comunidade internacional, nem na Carta das Nações Unidas, que a União Indiana subscreveu e de que se arroga o direito de ser o defensor mais estrénuo. Em segundo lugar, o Governo português nega categoricamente e repudia com o maior vigor, todas as insinuações sobre a situação em Goa e as imaginárias medidas de repressão que ali teriam sido tomadas. A vida no Estado Português da Índia decorre com perfeita normalidade, o desenvolvimento e o progresso económico e social são contínuos, e o patriotismo e firme vontade da população de permanecer portuguesa, não sofrem dúvidas.»

¹ (Múrias, op.cit pp.102,103); ² (in "Documents of the Gatherings...", pp.5-9)

1961 – Setembro.6

Em Belgrado, os trabalhos do I Plenário dos Países Não-Alinhados são encerrados pelo PR jugoslavo Tito e pouco depois é distribuído à imprensa, o seguinte resumo final:

- «Os governos dos [24] países participantes na Conferência de Belgrado rejeitam categoricamente a tese de que a guerra, e nomeadamente a Guerra-Fria, é inevitável, porque essa tese é uma confissão de impotência e desespero. O mundo em que vivemos é caracterizado pela existência de sistemas sociais diferentes. Os países participantes não consideram que essas diferenças constituam um obstáculo intransponível para o estabelecimento da paz, desde que não haja tentativas de dominação e ingerência nos assuntos internos dos outros povos e nações. Os países participantes consideram que, nessas condições, a coexistência pacífica, de acordo com os referidos princípios, é a única solução para sair da guerra-fria e evitar os riscos de uma catástrofe nuclear universal.»

Entretanto no areópago da ONU em Manhattan, o CS aprova mais uma moção contra Portugal.

1961 – Setembro.27

Em Dili, o governador tenente-coronel Themudo Barata envia para Lisboa «uma nota ao EMGFA acompanhada do parecer do comandante militar, afirmando que era indispensável integrar a massa da população na defesa»:

- «Deve afastar-se a ideia de que a soberania portuguesa em Timor se pode fazer perdurar, se essa não fôr a vontade dos timorenses. Por razões de coerência e de espírito de realismo, há que concluir: a defesa de Timor deve estar, fundamentalmente, confiada aos timorenses. Já no célebre documento do conde de Sarzedas, em que o Vice-Rei da Índia transmite as suas instruções ao capitão-geral das Ilhas de Solor e Timor, se afirma que os timorenses são os melhores cristãos e os melhores vassallos: porque quase sem missionários não abandonaram a fé em Cristo; e porque eles próprios se encarregam de manter o domínio português. Estes os conceitos que estiveram na base da reestruturação da defesa: ao primeiro apelo responderam cerca de 20 mil homens, numa população que em 1960 era pouco superior a 500 mil habitantes, dos quais 3 mil eram chineses, a única comunidade não-malaia em número significativo e que detinham praticamente todo o comércio, estando espalhados por todo o território, preservando sua língua e costumes; o seu relacionamento com os timorenses era marcado pela sagacidade e paciência, conhecendo bem o povo mas não o afrontando e vivendo separados. Para além de cerca de cem árabes da comunidade muçulmana, de uns cinquenta negros e outros tantos indianos, viviam em Timor 500-1000 europeus, consoante a flutuação de militares e funcionários.»

1961 – Setembro.30

Em Pangim, realiza-se no QG uma reunião dos comandos de Agrupamento aos quais o sub-CEM e chefe da 3ªRep/Operações major Joaquim Ramos de Freitas apresenta o Plano Sentinela e afirma que «a invasão pode surgir dentro de um mês, dentro de quinze dias, dentro de uma semana, de um dia para o outro»¹.

- «O prof. Adriano Moreira, ministro do Ultramar, sugere a Salazar, como iniciativa política, que se reconheça a China Popular, então em contenda com a União Indiana, e se lhe ofereça a utilização da base naval de Mormugão, cujo porto e caminho-de-ferro constituíam [na Costa do Malabar um] ponto estratégico de enorme importância. Salazar dá anuência ao plano arquitetado e as diligências são de imediato realizadas através do eng. Jorge Jardim e de Ho-Yin, figura influente da colónia chinesa de Macau [representante dos chineses no Conselho Legislativo de Macau e presidente da Associação Comercial de Macau, deputado na Assembleia Popular de Pequim e amigo pessoal de Chou en-Lai], tendo o PM chinês Chou-en-Lai sido auscultado sobre o assunto. Solicitou apenas algum tempo para analisar a proposta. [...] Precisamente nessa mesma data, encontrava-se de licença disciplinar na Metrópole o brigadeiro comandante militar [António José Martins Leitão], e por algum tempo mais ali continuou (ausente de 20 de Agosto a 15 de Outubro). Éramos assim levados a concluir que ou não nos estavam falando com verdade ou não havia um vislumbre de coerência em todo aquele comportamento.»²
- «Jogando nos interesse geopolíticos das potências da área, Portugal procura ganhar tempo e prepara alternativas. Caso os chineses aceitem, ou Washington intervém para obstar ao contrato (e o preço terá de ser a garantia de Goa portuguesa) ou se joga abertamente em Pequim.»³
- «Salazar tinha predilecção especial, por deixar canais diversos seguir caminhos diferentes por forma a, na altura das decisões, poder usar a opção que julgasse mais conveniente para o interesse nacional.»⁴

¹ (Carlos Morais, op.cit pp.51); ² (idem, ipp.356,51); ³ (Nogueira Pinto, op.cit pp.401); ⁴ (Jardim, op.cit pp.49)

1961 – Outubro.10

No palácio das Necessidades, o MNE Franco Nogueira dirige aos embaixadores de Portugal em Londres e em Washington, o seguinte telegrama “secretíssimo” e do qual se extrai o seguinte:

- «Os recentes desenvolvimentos na atitude indiana quanto a Goa, são de molde a causar-nos algumas apreensões. As declarações feitas nos últimos meses pelo sr. Nehru, revelam um desvio da sua orientação anterior, tendo há pouco expressamente indicado que não excluía o uso do exército indiano para resolver o problema. Índícios vários que temos recolhido, dão conta de algumas concentrações de elementos militares e policiais perto das fronteiras. A proximidade de eleições na União, suscitará o desejo de Nehru de obter qualquer sucesso na política externa e, por outro lado, criar-nos embaraços que coincidam com as nossas próprias eleições. Pensará ainda que as resoluções que a presente Assembleia da ONU venha a aprovar contra nós, lhe forneçam base ou desculpa para acção violenta.»

1961 – Outubro.15

No aeroporto de Goa desembarca o comandante do CTIEI brigadeiro António José Martins Leitão, regressado de prolongadas férias gozadas desde 20 de Agosto na Metrópole.

No dia seguinte em Pangim, o sub-CEM/QG major Ramos de Freitas – que há 15 dias apresentou o *Plano Sentinela* –, é substituído pelo major CEM Allen Gualter Cid Cabral de Matos Correia e embarca de regresso à Metrópole.

1961 – Outubro.20

No seu gabinete da Casa Branca em Washington, o presidente Kennedy recebe em audiência o MNE Franco Nogueira e o embaixador Pedro Teotónio Pereira.

- «*Prosegue Kennedy para explicar que o problema fundamental é o de África mas que os Estados Unidos não têm quaisquer interesses naquele continente, salvo o de se opôr a que o mesmo caia sob domínio soviético. Por isso apoiam a autodeterminação como meio de evitar a infiltração comunista e o êxito dessa política podia ver-se no facto de que nenhum dos novos Estados africanos independentes era comunista. Digo ao presidente que discordo dessa sua interpretação: não era do interesse da Rússia que de momento qualquer dos novos Estados se proclamasse comunista, isso suscitaria o receio do Ocidente e poderia travar este na política que está seguindo; à Rússia convém que o Ocidente continue a dar independências prematuras a territórios africanos e a abandonar o continente; e quando todos os laços políticos entre a África e o mundo livre estiverem cortados, será então a altura de Moscovo avançar e decerto muitas repúblicas populares surgirão. Quanto mais o Ocidente, numa luta de popularidade junto do terceiro mundo, procurar ultrapassar o suposto anticolonialismo soviético, excedendo-o, mais está a submeter-se-lhe e a fazer o jogo da União Soviética. Kennedy parece de súbito preso de uma ideia que não lhe havia ocorrido antes e, com ar de quem está a reflectir perante um pensamento novo, pede para eu explicar melhor o que dissera. Procurei traçar uma síntese do desenvolvimento e significado do anticolonialismo tal como está sendo conduzido; e dos riscos que podem advir para a Europa, os Estados Unidos, a própria África. [...] O presidente aludiu à posição dos Estados Unidos e às dificuldades que enfrenta, e sublinhou quanto a NATO é indispensável para deter o expansionismo soviético que continua a ter objectivos mundiais.»¹*

No dia seguinte em Bombaim, tem início um seminário-conferência promovido pelo Conselho Mundial das Igrejas e no qual se integra um *Colóquio Internacional sobre as Colónias Portuguesas*, organizado sob auspícios do PM Nehru e que conta com a participação entre outros, do chefe da UPA Robert Aldane e do seu secretário-geral Jonas Savimbi, do presidente da CONCP e do MPLA Mário Pinto de Andrade, do zambiano chefe do UNIP norte-rodésiano Kenneth Kaunda e de um grupo de observadores – entre os quais o advogado comunista Manuel Sertório Marques da Silva² – e católicos progressistas que, apesar de este ano o regime soviético ter determinado o encerramento em Moscovo de todas as sinagogas judaicas, entendem dever participar nesta cimeira justificando-se na publicação pelo Vaticano de «*encíclicas papais sobre a doutrina social da Igreja e da reconciliação cristã*»³.

- «*1961 - Outubro: Seminário sobre o colonialismo português, em Bombaim (Índia) promovido pelo Indian Council for Africa, no qual esteve presente como observador Manuel Sertório.»⁴*
- «*O “Indian Council for Africa” (Conselho Indiano para a África), promoveu um seminário em Bombaim sobre o colonialismo português. Por trás deste “Conselho” estava o governo do então primeiro-ministro J. Nehru, que quis sensibilizar favoravelmente a opinião pública mundial para uma iniciativa que iria tomar 2 meses mais tarde. [...] O “Conselho”, através do “Grupo de Portugueses Democratas de Inglaterra” [sediado em Londres], dirigiu-me [com muita antecedência para São Paulo] um convite como observador português [na qualidade de secretário-geral do “Comité de Interligação Antifascista” das JAP’s/PCP sediado naquela cidade]⁵. Aceitei, tendo levado comigo uma declaração contra o colonialismo que elaborara semanas antes e distribuía pelos diversos núcleos da emigração a fim de ser discutida, assinada e tornada pública. Esta declaração afirmava que os seus signatários, “na qualidade de portugueses livres que lhes advém de pertencerem à emigração opositora ao governo fascista de Salazar (...), reconhecem o direito de todos os povos hoje submetidos à soberania portuguesa se autodeterminarem politicamente e assumirem, se assim desejarem, a independência”, (...) o que “não deverá depender de nenhuma condição que se considere não ocorrerem presentemente por parte daqueles povos”. O documento foi assinado por 4 organismos de emigrados e, individualmente, por 86 antifascistas [i.e. comunistas] de várias partes do mundo, dos quais 32 residiam em São Paulo. Contra porém o que seria de esperar, os responsáveis do PCP em diversos países não subscreveram a declaração, considerando que ela comprometeria a unidade antifascista. Foi nomeadamente o que aconteceu em São Paulo, onde – no debate acalorado que teve lugar e ao qual [o responsável pelo PCP no Brasil desde fins de 58, Álvaro Augusto] Veiga de Oliveira não compareceu –, o nº2 do Partido, Augusto Aragão, combateu com energia a “inoportunidade” daquela tomada de posição e se recusou a assiná-la, embora não conseguindo obstar a que ela fosse subscrita por alguns dos seus camaradas. [...] Mercê de uma boa organização*

estiveram presentes no seminário, além da parte indiana, representantes dos movimentos das [...] colónias portuguesas [vg CONCP] e observadores estrangeiros (ministros, deputados, sindicalistas, jornalistas) de muitos países da Europa, da Ásia, da África e das Américas. [...] Em Bombaim distribui a declaração no seminário e numa conferência de imprensa que realizei, dando-lhe deste modo uma repercussão internacional. [...] Havia renovado o meu passaporte [...] na embaixada do Brasil em Nova Delhi, onde ela assegurava a defesa dos interesses [!?] portugueses. [...] Vincent Coelho [o embaixador da União Indiana no Brasil], meu amigo, em cuja casa em Nova Delhi eu estivera alojado.»⁶

Cerca de 48 horas decorridas, são encerrados os trabalhos do Colóquio sobre as Colónias Portuguesas patrocinado pelo Indian Council for Africa tutelado pelo PM Nehru.

- «Os delegados nacionalistas angolanos exprimiram a pouca esperança que tinham de voltar a pôr pé no seu território, e declararam que a melhor ajuda que a Índia podia prestar aos angolanos seria a liberdade do enclave de Goa. Quase logo de seguida falou Nehru em reconsiderar os seus métodos para recuperar os enclaves.»⁷
- «Outubro 23 - Nehru diz em Bombaim que chegou o momento de considerar qual o método a seguir para libertar Goa do domínio português. À frente africana junta-se a frente asiática.»⁸
- «Naquele momento, o problema de Portugal era o da disposição desmoralizada das tropas e ainda o da falta de armamento sofisticado que praticamente nenhum país fabricante lhe fornecia. Havia muitas probabilidades de que a resistência portuguesa no Estado da Índia fosse menos que simbólica; e tão breve que não desse tempo à diplomacia para se movimentar nas chancelarias. Quase no fim de Outubro, num discurso em Bombaim, Nehru anunciou claramente o que iria fazer; nem mesmo assim Salazar ficou convencido de que o pacifista avançasse.»⁹

¹ (Franco Nogueira, in "Diálogos..." vol.1 pp.64-65);

² (desde meados de Dez59 refugiado em São Paulo, onde é redactor e membro da troika comunista que controla a linha editorial do mensário "Portugal Democrático");

³ (Williams, op.cit pp.215); ⁴ (Moreira e Pedrosa, op.cit pp.224); ⁵ (desde Abr61 ligado a «grupos antifascistas espalhados pelo mundo» e à CONCP);

⁶ (Sertório, op.cit pp.41-42,46,160); ⁷ (Le Monde 19Dez61); ⁸ (Antunes, op.cit pp.26); ⁹ (Múrias, op.cit pp.94)

1961 – Novembro.1

Em Pangim, o comando militar recebe de Lisboa novas informações sobre movimentos de tropas indianas.

- «Em princípios de Novembro de 1961 [o Governo português] acompanhava hora a hora a concentração do exército e aviação indianos em torno de Goa.»¹
- «Já agora se sabia que o pacifismo do Pândita era uma balela; que quem mandava efectivamente em Nova Delhi era o sinistro ministro da Defesa Krishna Menon que, face à humilhação imposta pela China, se precipitava por motivos de ordem interna a obter uma vitória fácil sobre Portugal. Para bem se avaliar a determinação indiana de se render aos chineses e de esmagar os portugueses, uma divisão do exército hindu posta na fronteira sino-indiana, foi mandada avançar sobre Goa! [...] Enquanto muito mais para nordeste o exército chinês se passeava despreocupadamente por território hindu, as heróicas tropas de Nehru, descurando o que realmente importava para a soberania do Estado, preparavam-se para conquistar a praticamente indefesa província portuguesa. Face ao colosso chinês, o valente Pândita preferiu virar-lhe as costas e atacar o ínfimo Portugal. Todas as capitais americanas e europeias, amigos e aliados da velha nação lusitana, admiraram compreensivamente a sajaria do estadista hindu: a vitória fácil sobre Goa certamente ofuscaria a derrota inevitável diante da China. Ao cabo e ao resto, Pequim não pretendia conquistar a União Indiana nem chegaria ao Índico, desejava apenas humilhar Nehru; a anexação do Estado da Índia Portuguesa, essa é que se transformaria num facto consumado.»²
- «Segundo a opinião de largo sector, o ministro da Defesa da Índia, Krishna Menon, foi o responsável pela invasão de Goa, uma vez que era candidato a eleições em Bombaim [ex-portuguesa e depois ex-britânica] e pretendia apresentar-se aos olhos do eleitorado como grande vencedor, já que o não conseguia ser contra a China. Nehru ter-se-á deixado influenciar pelo seu ministro, talvez já diminuído das suas faculdades por agravamento da doença que o viria a matar. [...] O ministro da Defesa indiano Krishna Menon pressiona Nehru no sentido de que este ordene o ataque a Goa. Salazar, muito embora com conhecimento pleno da concentração de largos efectivos militares ao longo das fronteiras de Goa, Damão e Diu, não acredita que a invasão venha a consumir-se.»³
- «A oportunidade para essa agressão ofereceu-se ao "pacifista" Nehru no final de 61: esse ano que, como vimos, assistiu ao desencadear da ofensiva [terrorista] dos inimigos externos e internos da política intransigentemente portuguesa de Portugal. Lisboa tentou tudo no campo diplomático para evitar a agressão indiana e não lhe faltaram alguns apoios significativos, mas que se revelaram inócuos por puramente formais.»⁴

¹ (Franco Nogueira, in "As Crises..."); ² (Múrias, op.cit pp.95); ³ (Carlos Morais, op.cit pp.296,26); ⁴ (Mascarenhas, op.cit pp.372)

1961 – Novembro.4

Em Washington o presidente Kennedy recebe o PM indiano Nehru, de visita aos EUA por convite oficial do seu anfitrião.

- «O diário "Star" de ontem [02Nov61] à tarde, publica uma correspondência de Bombaim, de que resumo as passagens de maior interesse: 1- Espera-se uma intervenção militar indiana para ocupação de Goa, no decurso dos dois meses próximos, se não tiver êxito a pressão diplomática ocidental sobre Portugal que o sr. Nehru teria pedido e espera das potências ocidentais; o primeiro-ministro indiano falará em Londres com o seu colega britânico amanhã, dia 4; 2- Do ponto de vista indiano, haveria urgência em actuação enérgica contra Goa, primeiro porque os novos estados africanos censuram a passividade do sr. Nehru, segundo porque haverá eleições na Índia dentro de três meses; 3- É possível que o governo de Nova Delhi nos imponha dentro em breve qualquer espécie de ultimato, acompanhado de uma demonstração de força perto das fronteiras de Goa.»¹

- «O pândita visitou Washington e, notando a preocupação do presidente americano em não abordar a questão de Goa, percebeu que, dispostos a envolverem-se profundamente no Congo e no Vietnam, os EUA para lhe conquistar a simpatia só muito timidamente se oporiam a qualquer acção da União Indiana contra os minúsculos enclaves portugueses. Aliás, o embaixador americano em Nova Delhi, Kenneth Galbraith, ansioso por apagar completamente a memória de Foster Dulles, quase tinha garantido a neutralidade americana em caso de agressão: os compromissos de Estado da anterior administração não comprometiam minimamente a administração em exercício; o que é uma regra democrática. Para comprar a complacência de Nehru no Vietnam, Kennedy estava disposto a todas as torpezas, certo da neutralidade da Grã-Bretanha que, entre os compromissos com o “velho aliado” e as deferências para com um domínio da Corôa, se manteria inactiva; e certo também da mudez da Santa Sé Apostólica que, em plena temporada conciliar, lançados já os prolegómenos do ecumenismo, optaria evidentemente pela jovem e promissora Cristandade indiana contra a velha Cristandade portuguesa. Mantinham-se cinicamente actuais alguns dos mais notáveis aforismos diplomáticos dos últimos séculos: “a Inglaterra não tem aliados, só tem interesses”; “a Igreja faz tudo o que lhe consentem e consente tudo o que lhe fazem”.»²

¹ (telegrama do embaixador de Portugal na África do Sul, para o MNE Franco Nogueira; Pretória, 03Nov61); ² (Múrias, op.cit pp.94)

1961 – Novembro.12

Em Pangim, o comando militar confirma movimentações de tropas da União Indiana junto das fronteiras portuguesas e determina o estado de prevenção no Estado Português da Índia.

- «No dia 12, surge [na cidade de Diu] a primeira notícia reveladora das intenções da União Indiana. Um rádio do QG de Goa informava que, notícias recebidas recentemente levavam a crer que a União Indiana estaria a preparar um ataque a Diu. Para esse efeito, na Escola Militar de Ahmadabad ter-se-ia construído uma maqueta daquele distrito, a fim de se estudarem, pormenorizadamente, as operações projectadas, encontrando-se presente um oficial indiano, natural de Diu. No mesmo rádio, aludia-se ainda à possibilidade do inimigo empregar forças aerotransportadas. Face a estas informações, o comandante do Agrupamento António da Silveira [e governador distrital, major de cavalaria CEM Fernando Alberto de Almeida e Vasconcelos], decidiu que as nossas tropas entrassem imediatamente de prevenção.»¹
- «O Sunday Standard, sob o título “Ultimato a Portugal” e o subtítulo “Lok Sabha pode discutir o problema”, disse que aquele partido vai discutir no parlamento indiano, em 24 de Novembro, a resolução não oficial proposta pelo ministro comunista Banerjee, que se envie um ultimato ao Governo português para abandonar Goa, Damão e Diu.»²

¹ (Carlos Morais, op.cit pp.241/2); ² (telegrama de Augusto Potier, embaixador de Portugal no Paquistão, para o MNE Franco Nogueira; Carachi, 13Nov61)

1961 – Novembro.13

No areópago da ONU em Manhattan, com apoios da China, Laos, Nepal, Indonésia, Polónia, Bulgária, Bielorrússia, Gabão, República Centro-Africana, Madagascar, Níger, Honduras e Israel, é colocado novamente à discussão o Caso de Angola. Logo a seguir o MNE português Franco Nogueira resume que «o propósito deste debate é a destruição do Ultramar Português»; e a Comissão de Tutelas, por 83 contra 3, vota a condenação da «política colonial portuguesa» face à «intransigência de negociação dos processos de autodeterminação e independência das províncias ultramarinas».

No dia seguinte em Londres, o embaixador Manuel Rocheta remete para o MNE Franco Nogueira o seguinte telegrama:

- «Acabo de receber um aerograma de um residente em Bombaim, contendo um aviso baseado na declaração de Menon e outras informações, de uma acção agressiva indiana projectada para o fim do corrente mês, com o pretexto de violação do espaço aéreo da União por um avião português. O ataque seria desferido em Sanquém, precedido de bombardeamento da rádio em Bambolim e do porto de Mormugão.»

1961 – Novembro.17

Na ilha goesa de Anjediva o primeiro-cabo Fernando Carvalho Ferreira, de sentinela no Alto da Bandeira, cerca das 12:00 avista o navio de passageiros indiano *Sabarmati* que navega no sentido norte-sul entre a ilha e a costa, mas em águas territoriais portuguesas frente à Praia Grande e em manifesta atitude provocatória. O sentinela hasteia a Bandeira de Portugal, mas o navio não hasteia a bandeira da União Indiana como é norma; o militar português faz um disparo de espingarda em direcção ao navio indiano, que logo em seguida guina em direcção à costa de Karwar e ao rumo anterior.

1961 – Novembro.25

Na ilha goesa de Anjediva, durante a noite e princípio da madrugada a guarnição militar portuguesa consegue evitar uma tentativa de assalto de forças da União Indiana, deslocadas em pequenas embarcações (tonas) de transporte.

Durante o dia, a Emissora de Goa revela o acontecimento no seu noticiário.

- «A imprensa paquistanesa publica hoje uma notícia de Bombaim, anunciando a presença de dois barcos de guerra ao largo do porto de Karwar, ao sul de Goa. A mesma notícia acrescenta que o Ministério da Defesa português, teria anunciado em Lisboa que a guarnição de Anjediva repeliu uma tentativa de desembarque na ilha.»¹

¹ (telegrama de Augusto Potier, embaixador de Portugal no Paquistão, para o MNE Franco Nogueira; Carachi, 30Nov61)

1961 – Novembro.27

Em Londres, o embaixador Manuel Rocheta remete para o MNE Franco Nogueira, mais um telegrama relacionado com a situação em Goa:

– *Um informador telefonou hoje à Embaixada dizendo que, em recente reunião da Associação de Estudantes Indianos em Londres, foi anunciado o início do recrutamento de voluntários na União Indiana, a fim de ocupar Goa.»*

Enquanto isso no areópago da ONU em Manhattan, a XVI-AG institui um designado Comité de Descolonização.

1961 – Dezembro.2

Em Londres, o embaixador Manuel Rocheta remete para o MNE Franco Nogueira, o «*telegrama nº573 secreto*» e relacionado com a situação em Goa:

– *«Acabo de receber um aerograma da mesma procedência [residente em Bombaim], dizendo que a ofensiva contra Goa estaria preparada para 10 do corrente. As duas fragatas indianas já se encontrariam em Karwar e mais três teriam recebido ordem de partir imediatamente; todas estão armadas com peças de 4 polegadas. O “Mysore”, que parará em Bombaim cerca daquela data, entraria também na operação.»*

– *«Nos primeiros dias do mês de Dezembro, um elemento da delegação portuguesa na ONU contactou pessoalmente com o presidente Kennedy, e este informou-o da data em que se iria desencadear a invasão da União Indiana. Esclareceu-o, igualmente, que os Estados Unidos teriam possibilidade de suster os propósitos de agressão da União Indiana, caso Portugal anunciasse de imediato a realização de um referendo nos territórios da Índia Portuguesa. [...] Nos finais de 1961, um grupo muito restrito de oficiais do Exército chegou a esboçar um golpe militar para entrega do governo [da Índia Portuguesa] aos goeses. Alguns civis de prestígio [entre eles o dr. António Anastácio Bruto da Costa], chegaram a ser contactados nesse sentido. A resposta foi negativa, uma vez que o agravamento rápido da situação não permitia o equacionamento do problema com o tempo e a serenidade necessárias. O sector contrário à soberania portuguesa – jaindistas – apologista da integração na União Indiana, era menos numeroso mas mais activo e colaborava com os terroristas que, vindos do território vizinho, se infiltravam através da fronteira.»¹*

¹ (Carlos Morais, op.cit pp.54,41)

1961 – Dezembro.3

O espaço aéreo do distrito de Diu, é abertamente violado pela força aérea da União Indiana, que inicia operações de reconhecimento.

– *«Mais dois navios “sloops” saíram de Bombaim na quinta-feira passada [30Nov61], em direcção de Damão e Diu. O porta-aviões Vikrant estaria a caminho das águas de Goa. Os indianos provocariam um incidente, mandando à frente um velho barco com poucos homens, que forçaria as águas territoriais portuguesas de modo a obrigar as nossas forças a abrir fogo, obtendo assim justificação para apresentar à ONU e à opinião pública mundial, do ataque que se seguiria; um outro plano consistiria em forçar um avião nosso a entrar no espaço aéreo indiano e alegar depois agressão por um avião português. A provocação está calculada para daqui a três dias. A fronteira de Magali já estaria fechada pela polícia indiana.»¹*

¹ (telegrama de Manuel Rocheta, embaixador de Portugal na Grã-Bretanha, para o MNE Franco Nogueira; Londres, 04Dez61)

1961 – Dezembro.5

Por essa ocasião em Carachi, o embaixador Augusto Potier remete «urgentíssimo e confidencialíssimo» telegrama para o MNE Franco Nogueira, sobre as movimentações da União Indiana em redor de Goa:

– *«Comboios do Punjab e do Uttar Pradesh para Delhi e Bombaim, normalmente utilizados para transporte de passageiros, têm sido escalados em grande parte para transporte de tropas e de material militar, para a fronteira de Goa: transportam viaturas militares, tanques ligeiros e baterias antiaéreas. Verificam-se actividades de ‘comandos’ ao longo da fronteira Karwar-Banda. Foi cancelada a licença de férias de todos os serviços militares.»*

Enquanto isso em Washington, o embaixador Pedro Theotónio Pereira também remete para o MNE Franco Nogueira, um telegrama relacionado com a situação no Estado da Índia Portuguesa:

– *«Os jornais americanos, publicam hoje abundantes notícias sobre suspeitos movimentos de tropas da União Indiana contra Goa. O ‘Baltimore Sun’ insere um longo despacho do seu correspondente em Nova Delhi, dizendo que apesar dos esforços indianos para manter segredo, se sabe que estão em curso importantes movimentos de forças em direcção da nossa fronteira. O artigo do ‘Baltimore Sun’ é muito completo, dando antecedentes da questão. Parece, pois, que esta opinião vai estar alertada. Estou tentando esforços para conseguir a ida imediata de jornalistas para Goa. Fiz já esta manhã diligência junto do Departamento de Estado, no sentido de urgente actuação em Nova Delhi.»*

– *«Aos sintomas evidentes da invasão, a diplomacia portuguesa comandada por Franco Nogueira movimentou-se angustiadamente. Procura-se que a chamada opinião pública mundial obrigue Nehru a recuar; depressa se verifica, todavia, que qualquer atitude dos governos amigos e aliados de Portugal dependeria exclusivamente da atitude assumida por Washington. Em Paris, aquando de uma reunião do Tratado do Atlântico, Franco Nogueira tem uma conversa extremamente ribatejana com o secretário de Estado americano Dean Rusk: “Não foi um grande dia para a diplomacia norte-americana”, comentaria depois o pobre do [Arthur Meier] Schlesinger [Junior], Rusk limitou-se a ouvir cabisbaixo a descompostura do ministro dos Negócios Estrangeiros português.»¹*

¹ (Múrias, op.cit pp.95)

1961 – Dezembro.6

Em Lisboa o MNE responde, por telegrama confidencial, ao embaixador de Portugal nos EUA:

- «Foi hoje aqui chamado o embaixador Elbrick. Recordei-lhe a comunicação oficial que nos fizera, no sentido de os Estados Unidos se oporem política e diplomaticamente, e nas Nações Unidas, à anexação de territórios portugueses por países vizinhos. Salientei que tal comunicação apenas teria interesse se publicada ou, pelo menos, levada ao conhecimento dos governos que se propõem anexar pela violência territórios portugueses. O governo indiano estava precisamente neste caso, e por isso solicitámos formalmente do governo americano que informasse com urgência o governo indiano, daquela sua atitude. Elbrick prometeu transmitir o pedido para Washington ainda hoje.»

1961 – Dezembro.7

Em Carachi, o embaixador Augusto Potier remete outro «urgentíssimo e confidencial» telegrama para o MNE Franco Nogueira, sobre a preparação do ataque a Goa, Damão e Diu:

- «Duas brigadas de infantaria, apoiadas por dois esquadrões de carros de assalto blindados, deslocaram-se: essa tropa constitui a ex-17ª Divisão de Infantaria e duas brigadas blindadas independentes, que são formações de reserva do comando ocidental; julga-se também que um novo quartel-general está a ser constituído em Belgão, sob comando do general Candeth. Um contratorpedeiro indiano e uma fragata já penetraram na área de Karwar e Angediva, em consequência dos incidentes anteriores em que foram disparados tiros. Os indianos têm em Poona dois esquadrões de bombardeamento ligeiros. De outra fonte sabe-se que, para as operações de Goa, o governo indiano reservou 20 mil homens do comando sul e 10 mil do comando ocidental: é possível que a pessoa encarregada das operações tenha sido o general Chandhuri ou o general Daulat Singh; aquela fonte afirma que os dois esquadrões de aviões de tipo desconhecido e dois grandes navios de guerra, foram reservados para essas operações; trata-se provavelmente de unidades da força aérea da base de Poona. Segundo essas fontes, os Lanceiros 20 equipados com 50 carros de assalto franceses, foram reservados para essas operações cuja preparação está a ser feita através do exercício chamado “Vijaya”.»

Em Pangim, cerca das 11:00 locais o chefe da 4ªRep/QG (logística), major de artilharia Manuel Marques Peralta, transmite uma ordem do CTIEI que determina a evacuação até às 15:00 das famílias dos militares, entre elas a do capitão de cavalaria Manuel Joaquim Martins Engrácia Antunes¹, ontem chegada ao território; (mais tarde, aquela ordem é revogada e adiada por 48 horas).

- «Na messe dos oficiais no Altinho, em Pangim e noutros quartéis, reina o pânico entre as senhoras. Os militares recebem ordem de embarcar as famílias no “Índia” até às 15 horas de hoje. A ordem, porém, foi cancelada.»²

Horas depois em Lisboa, o MNE envia ao embaixador de Portugal no Brasil, o seguinte telegrama:

- «Segundo últimas informações, o sr. Nehru, discursando no parlamento, declarou que o governo indiano decidiu reforçar as forças armadas em volta de Goa, e que isso estava sendo feito. Krishna Menon, ministro da defesa, declarou que a aviação militar indiana também fôra alertada para ser utilizada contra Goa. Por outro lado, a campanha da propaganda indiana continua a subir de intensidade, disseminando as mais falsas afirmações e inventando toda a sorte de calúnias.»

¹ (nascido em 1930; comandante do ERec2 em Bicholim);

² (Bastos Martins, director administrativo dos estaleiros navais em Margão, in “Tempo de Falar”; registo do seu diário, em 07Dez1961)

1961 – Dezembro.8

Em Goa, correm alarmantes notícias sobre os preparativos da União Indiana para invadir o Estado da Índia Portuguesa. Frente ao porto de Mormugão encontra-se fundeado o único vaso-de-guerra português no Índico, o aviso-de-1ª classe F470 Afonso de Albuquerque comandado pelo capitão de mar-e-guerra António da Cunha Aragão¹.

- «No dia 8 de Dezembro, notícias recebidas referiam o desembarque nas estações de caminho-de-ferro de Vapi e Sanjam [fronteira distrital de Damão], de um considerável contingente de tropas indianas. Sabia-se que em redor de Damão estava concentrado um efectivo estimado em 4 mil homens, entre elementos do exército e da State Reserve Police. Os [33] postos da polícia vizinha tinham sido substancialmente reforçados. [...] Um quadrimotor dos TAIP aterrou em Diu, trazendo a prometida equipa de sapadores (um furriel e dois cabos), e bem assim uma metralhadora antiaérea de 20mm, uma metralhadora Breda 7.9mm, alguns explosivos e minas.»²
- «De um momento para o outro, que pode ser de dias, prevê-se a invasão dos nossos territórios da Índia Portuguesa. Perante tamanha desigualdade não é difícil prever-se o desfecho, tanto mais que da nossa parte a todos anima o desejo de resistência até ao último momento. Assim acontecerá, pois, se a invasão se verificar... Apenas afirmo o desejo e a resolução de saber cumprir o meu dever como Português e como militar português.»³

Enquanto isso em Lisboa, o MNE Franco Nogueira expede para todas as embaixadas de Portugal, um telegrama-circular “urgentíssimo” e do qual se extrai o seguinte:

- «Em Agosto último, o governo da União Indiana declarou repetidas vezes que não excluía o uso do exército indiano para anexar Goa. Informações chegadas nos últimos dias ao conhecimento do Governo português, confirmam aquela orientação. Com efeito, têm-se verificado importantes movimentos de navios da esquadra indiana junto das águas territoriais de Goa. Por outro lado, têm sido concentrados elevados efectivos, incluindo blindados, junto da fronteira de Goa, num total superior a 30 mil homens, e o ministro da defesa indiano declarou no dia 7 do corrente, em discurso no parlamento, que determinara que a força aérea fosse alertada com vista a desenvolvimento em Goa, tendo para o efeito sido concentrados cinco esquadrões aéreos.»

Horas depois em Washington, o departamento de Estado envia para a sua embaixada em Lisboa a seguinte informação:

- «Em 8 de Dezembro de manhã, o embaixador Nehru [sobrinho do PM indiano] foi informado de que a actual situação relativamente a Goa levou o Governo Português a exprimir a sua profunda preocupação ao Governo dos Estados Unidos. Além disso, por parte do próprio Governo dos Estados Unidos, têm sido dirigidas ao Departamento de Estado perguntas no sentido de saber se o Governo indiano tenciona usar a força para resolver a questão de Goa. Foi dito ao embaixador Nehru que o Departamento tem partido da presunção de que o Governo da Índia não usará a força, uma vez que afirmou que o não faria. Também se tem presumido que o uso da força seria contrário à política fundamental da Índia e muito prejudicaria a imagem da Índia no mundo. Tem-se notado movimentos de tropas, mas presume-se que não serão prelúdio a uma invasão. Foi expressa ao embaixador a esperança de que pudesse confirmar serem correctas aquelas presunções. Foi-lhe salientado que a posição dos Estados Unidos era de oposição ao uso da força, e que se algumas tropas atravessassem a fronteira legal, deveria esperar-se que o assunto fosse apresentado ao Conselho de Segurança, onde a atitude dos Estados Unidos seria de oposição a qualquer acção militar.»

¹ (irmão mais novo do coronel de cavalaria piloto-aviador na reforma Francisco Xavier da Cunha Aragão, que em 18Dez14 no sudoeste de Angola, com o posto de tenente comandante do Esquadrão de Dragões, enfrentou a invasão alemã, foi ferido em combate e depois levado prisioneiro para a Damaralândia, vindo a ser libertado cerca de três meses depois);

² (Carlos Morais, op.cit pp.214,245); ³ (tenente de infantaria Alberto Santiago de Carvalho, comandante do Pelotão de Morteiros da CCac11 mobilizada pelo RI1-Lisboa e desde há sete meses estacionado nas imediações da aerogare de Damão; excerto da sua carta enviada à família em Unhais da Serra; virá a morrer em combate às 07:00 de 18Dez61; a carta será publicada pelo "Diário Popular" em 20Fev62)

1961 – Dezembro.9

No palácio das Necessidades, o MNE Franco Nogueira recebe em audiência o conselheiro da embaixada dos EUA que, 3 horas após lhe ter transmitido telefonicamente a informação recebida (cerca de 24 horas antes) de Washington, também «em nome e por instruções do seu governo» lhe faz verbalmente a seguinte comunicação:

- «Os Estados Unidos reiteram a sua afirmação de que têm procedido a diligências em Nova Delhi no sentido de dissuadir o governo indiano do emprego da força, mas não sabem se este terá em conta os avisos americanos. Todavia, mesmo que os indianos não usem a força, o problema de Goa permanece e a sua solução apenas terá sido adiada. Este problema de Goa põe-se também em relação aos demais territórios ultramarinos portugueses. Torna-se por isso necessário que Portugal – “promptly and dramatically” – anuncie os objectivos da sua política ultramarina; e estes devem ser, segundo o governo dos Estados Unidos, a livre expressão dos desejos das populações, a construção de uma sociedade multirracial baseada na escolha livre e pública das populações. Se fôr visto a esta luz, o problema de Goa é mais fácil do que o dos territórios de África, dada a maior preparação de Goa para “self-government”. Quando os Estados Unidos [verbalmente por intermédio do embaixador Elbrick em 07Ago61] garantiram a Portugal que se oporiam ao uso da força para anexação de territórios portugueses por Estados vizinhos, não tinham intenção de significar que tais seguranças poderiam ser separadas da questão de princípio; e devem ser entendidas na base da proclamação, por Portugal, do objectivo de “self-determination” para as suas províncias ultramarinas. Estas duas posições americanas mantêm-se ou caem juntas: os Estados Unidos não podem aparecer como simplesmente protegendo o “status quo”.»
- «Disse a Xanthaky que [...] via que se tornava cada vez mais difícil manter o diálogo com o governo americano, cuja incompreensão, ingenuidade ou má-fé atingiam o absurdo e isto porque os Estados Unidos sabiam, ou deviam saber perfeitamente, que a nossa anuência ao que agora de novo nos aconselhavam constituía a maneira mais eficaz de fazer ruir o nosso Ultramar (e talvez na verdade fossem estes os objectivos americanos); e também que, ao cabo de 8 meses de diálogo, havia um novo recuo na posição americana e isto num momento dramático para nós com os indianos às portas de Goa, o que se me afigurava, até do ponto de vista moral, pouco elegante da parte de um amigo e aliado. Xanthaky não fez comentários.»¹

¹ (Franco Nogueira, “Diálogos...” vol.1 pp.69-70)

1961 – Dezembro.10

Junto à fronteira distrital de Goa, começam a concentrar-se tropas regulares da União Indiana: o território português é constantemente sobrevoado por aviões inimigos, ao mesmo tempo que no limite das águas territoriais da Índia Portuguesa se movimentam um porta-aviões, dois cruzadores, cinco fragatas e um navio de apoio da esquadra inimiga; eclodem escaramuças fronteiriças e novas infiltrações de *satyagrahis* causam vítimas nos primeiros atentados.

- «Cerca das 02:00 horas [de ontem dia 9], o posto de Polícia de Polem [na fronteira sul] não respondeu à chamada da rede-rádio. Por outro lado, o posto de Polícia de Poinguinim informava que estava a ser atacado. Às 05:00 horas foi enviada uma patrulha do ERec4 sobre a estrada Canácona-Polem, com a finalidade de estabelecer ligação com uma esquadra de exploração que se encontrava no cruzamento para Buptal. Uma mina, colocada no leito da estrada, foi accionada pela autometralhadora da patrulha, destruindo-a parcialmente. O condutor [soldado Manuel Sardinha Mexia] ficou gravemente ferido, vindo a morrer cerca das 08:00 horas perto da ponte de Pissonoi. [...] Pelas 01:12 horas [da madrugada de hoje], o quartel do pelotão de Canácona, do ERec4, era atacado por um grupo terrorista. A reacção pronta das nossas tropas obrigou o inimigo a pôr-se em fuga, sem que tivesse causado baixas.»¹
- «Nesse dia e no dia seguinte, os jornais anunciam que continuam a verificar-se concentrações de tropas indianas, principalmente em Karwar e em Sawantvadi, em volta das zonas sul e norte de Goa, e nas regiões compreendidas entre Londa e Hubli, Karwar e Polem, e Tiracol e Patarden. Mantém-se as concentrações navais em Karwar, Ankola e Hanowar.»²

Horas depois no palácio das Necessidades em Lisboa, o MNE Franco Nogueira recebe de Augusto Potier, embaixador português em Carachi, o seguinte telegrama «urgentíssimo e confidencialíssimo»:

- «A 50ª Brigada de pára-quadistas, com um efectivo de cerca de 2 mil homens, a única brigada deste tipo no exército indiano, foi transferida para Poona. As unidades de infantaria da divisão mecanizada de Ambala (Punjab) vão a caminho de Belgão, onde elementos mecanizados estão alerta. Toda a operação está sob o comando do general Chaudury, considerado um bom planificador mas um grande covarde físico, evita, sempre a vanguarda com medo de enfrentar o fogo das armas, foi ele quem comandou a operação de Hyderabad. Em Nova Delhi vários diplomatas estão convencidos de que o governo indiano se tem comprometido demais para poder recuar: presume-se de um modo geral, que o ataque terá lugar não mais tarde do que sexta-feira, 15 do corrente. Sir Paul Gore-Booth [alto-comissário britânico] teria aconselhado Londres contra a mediação.»
- «Dezembro 10 - De Nova Delhi, o embaixador americano Galbraith informa Rusk que vai pedir a Nehru para não intervir militarmente em Goa.»³

¹ (Carlos Morais, op.cit pp.124/5); ² (Botelho da Silva, op.cit pp.85); ³ (Antunes, op.cit pp.27)

1961 – Dezembro.11

Em Nova Delhi, o pândita Nehru declara através da rádio que «a situação em Goa é crítica».

- «Nessa noite, eram 23:45 horas, os terroristas atacaram o quartel de Bali, sede do ERec4. Um elemento inimigo foi atingido e aprisionado às seis da manhã, quando o dia aclarou e se fez o reconhecimento da área utilizada pelo adversário no ataque ao quartel. Ao amanhecer, desloquei-me a Bali para me informar das condições em que o ataque se realizara. Ainda contactei com o terrorista indiano, enviado pouco depois para o hospital de Ribandar, com ferimentos na garganta e maxilar inferior.»¹

E no palácio das Necessidades em Lisboa, o MNE Franco Nogueira telefona ao embaixador Manuel Rocheta em Londres, para que este solicite ao PM britânico a indicação dos meios com os quais aquele país poderia cooperar com as forças portuguesas, para fazer frustrar a previsível agressão da União Indiana.

- «Dezembro 11 - Franco Nogueira instrui o embaixador em Londres, Manuel Rocheta, para entregar a Harold MacMillan uma mensagem do maior dramatismo: Portugal queria saber, nos termos da declaração bilateral de 14 de Outubro de 1889, que meios podia o Reino Unido colocar à disposição de Portugal no caso de invasão indiana.»²
- «Incansável, a diplomacia portuguesa desdobrava-se em múltiplas iniciativas destinadas a travar o passo ao imperialismo de Behru. O jogo, porém, estava na mesa: acoçada no leste pelo tigre chinês, a União Indiana preparava-se heroicamente para caçar uma formiga na cozinha; em Nova Delhi já se sabia que nenhuma das grandes potências levantaria um dedo para defender os direitos de Portugal e, portanto, os prejuízos políticos causados pela invasão seriam facilmente deduzidos em meia dúzia de anos, pelo esquecimento e pela hipocrisia universais.»³

Horas depois em Londres, o PM socialista Harold MacMillan informa o embaixador de Portugal que – atendendo ao facto do cumprimento casuístico da Aliança Luso-Britânica não ser automático, antes dependendo no seu funcionamento de *casus foederis* (juízo que cada um dos Estados forme da situação de guerra e possibilidade de intervir) –, «na eventualidade de um ataque a Goa, há inevitáveis limitações quanto à assistência que o governo britânico estaria em condições de dar ao Governo português em luta com outro membro da Commonwealth».

¹ (Carlos Morais, op.cit pp.126); ² (Antunes, op.cit pp.27); ³ (Múrias, op.cit pp.96)

1961 – Dezembro.12

Em Londres o embaixador Manuel Rocheta expede para o MNE Franco Nogueira, mais um telegrama “confidencial”, cujo conteúdo anexo é como segue:

- «O Governo de Sua Majestade considerou com atenção e simpatia as várias comunicações acerca da situação em Goa. Embora o Governo de Sua Majestade não tenha ele próprio uma confirmação directa da iminência de um tal ataque, concorda que existe uma situação perigosa. É escusado dizer que o Governo de Sua Majestade lamentaria profundamente que se empregasse a força contra o território português e que tenciona fazer todo o possível para afastar este perigo. Como é do conhecimento do Governo português, a assistência que o Governo de Sua Majestade poderia prestar ao Governo português num diferendo com outro membro da Commonwealth seria inevitavelmente limitada. Como já fez saber ao embaixador de Portugal em Londres, em 5 de Agosto de 1954, “a eventualidade de operações militares por parte do Reino Unido não podia ser encarada”.»

Horas depois em Pangim, o governo-geral distribui a seguinte nota oficiosa:

- «É já do conhecimento de toda a população desta província, a série de acontecimentos graves que se têm registado nos últimos dias à volta das fronteiras marítimas e terrestres de Goa, Damão e Diu, concretizados na permanência indiscutível de unidades da marinha-de-guerra indiana próximo das nossas água territoriais, e de fortes concentrações de milhares de soldados do exército da nação vizinha, com frequentes tentativas de provocação, perante as quais as guarnições dos nossos postos têm mantido uma calma e serenidade dignas e verdadeiramente exemplares. Tem sido merecedora do maior louvor a atitude calma que, perante estes acontecimentos, tem mantido a população do Estado da Índia. Por outro lado, informações de fonte fidedigna levam a concluir que não é de desprezar a hipótese, de um ataque iminente por parte das forças da União Indiana contra o nosso território.»
- «No dia 12 de Dezembro, a CCac8, com excepção de um pelotão, deixou o Forte da Aguada e marchou para a cidade de Vasco da Gama. No Forte ficou o pelotão comandado pelo alferes de infantaria José Casimiro Pereira Pinto, com o efectivo total de 36 homens. À guarda desse pelotão ficaram 120 presos, sendo 28 militares e ex-militares, e os restantes civis, todos eles cumprindo penas que iam de delito comum à prática de actos de terrorismo.»¹

No noticiário das 21:00 da EN em Lisboa, é emitida nota oficiosa do Ministério do Ultramar que reproduz um telegrama do governador do Estado da Índia, transmitido às 20:00 locais: «Receio ataque eminente leva este governo evacuar mulheres crianças para defesa com maior liberdade movimentos».

- «Às 09:00 horas houve no QG uma reunião para se tratar da evacuação das famílias, ficando decidido que se faria voluntariamente. No entanto, às 16:30 horas era recebida ordem do mesmo QG para que a evacuação de mulheres e crianças fosse obrigatória, e se efectuasse no próprio dia. O paquete Índia chegara a Goa no dia 5 de Dezembro e levaria para a Metrópole dez passageiros. Acabou por transportar cerca de 650 pessoas, quando os seus camarotes só possuíam capacidade para 105. Deve-se ao general Vassalo e Silva a demora do navio “Índia”, a fim de permitir o embarque das famílias. Foi por sua expressa determinação que aquele paquete ficou retido, pois a sua partida estava marcada para data anterior. Do ministério da Presidência, via embaixada em Carachi, era comunicado para Goa que a evacuação era contrária ao interesse nacional, pelo que devia ser suspensa. O general Vassalo e Silva comunicou que, enquanto se mantivesse como governador, a evacuação processar-se-ia. Filas de automóveis e camionetas transportavam, em ambiente de fuga desordenada, aquela pobre gente em direcção ao porto de Mormugão. A maioria levava o estritamente necessário para a viagem, vendo-se assim obrigada a deixar grande parte dos seus haveres. Além do delegado do QG junto do navio, capitão César Monteiro, outros oficiais colaboraram naquela dramática operação. O embarque teve início no dia 12 às 18:00 horas e à meia-noite ficou concluído. O navio partiu ao amanhecer, para uma viagem de dezoito dias repletos de amargura e ansiedade. Uma palavra de louvor é devida à tripulação, e particularmente ao imediato José Manuel da Fonseca Freire e ao comissário Óscar José Esquetim, que foram inexcedíveis em dedicação e espírito de humanidade.»²
- «Ordem para embarcar no “Índia” todas as mulheres e crianças – europeias ou goesas –, que assim o queiram. Quem não tiver lugar a bordo seguirá de avião. Vai formar-se uma ponte-aérea entre Goa e Carachi. O “Índia” sai amanhã.»³

¹ (Carlos Morais, op.cit pp.145); ² (idem, pp.126/7); ³ (Bastos Martins, op.cit; reg. 12Dez61)

1961 – Dezembro.13

Em Lisboa as agências noticiosas recebem proveniente de Goa, o seguinte telegrama expedido pelo correspondente da Reuter: «major Serviço de Informações das Forças Armadas prevê ataque União Indiana para hoje ou amanhã».

- «Às 01:45 horas, foi atacado pelos terroristas o quartel do Alto Margão, sede da BArt1, na vizinhança do nosso. Ouvia-se prolongado tiroteio e a todo o momento se esperava a nossa vez, que não chegou.»¹

Enquanto isso, o MNE Franco Nogueira remete uma mensagem para o embaixador de Portugal na Itália:

- «A pedido da Aeronáutica, rogo obter urgentemente autorização para sobrevoos desse país e utilização como escala técnica do aeroporto de Brindisi, por aviões militares de transporte “DC6” ou “C54”, tendo a bordo pessoal militar e equipamento. [...] Tratando-se de missões isoladas, cuja realização está dependente da situação em Goa, não é possível prever a especificação dos voos.»

E à hora do almoço no jornal *Diário Ilustrado*, o comunista chefe-de-redacção José Manuel Tengarrinha² é detido pela PIDE devido à difusão de «notícias alarmistas» sobre a situação na Índia Portuguesa.

- «Dezembro 13 - Harold MacMillan pede a Nehru, por carta, para não invadir Goa. Em Paris, Franco Nogueira pede a Rusk para interceder junto de U Thant, secretário-geral [interino] das Nações Unidas.»³
- «Partiu o “Índia” com cerca de 400 pessoas a bordo. Muitas levavam apenas a roupa que tinham no corpo. Partem aviões, dia e noite. Com mulheres e crianças. Corridas aos bancos. Todos querem transferir as suas economias para a Metrópole. Há quem já esteja a encaixotar “as coisas” para mandar pelo “Timor”, que deve chegar a Mormugão no dia 22. Ouve-se martelar à noite. Muita gente tenta vender os seus bens a qualquer preço. Alguém quer móveis ou automóveis? Quanto oferece por este “Opel” com 5 mil km e carregado de extras? Nada. Porquê?»⁴

¹ (Carlos Morais, op.cit pp.127); ² (nascido em 1932; ex-militante do MUDJ, professor universitário e jornalista; na sequência deste incidente, será expulso do ensino e proibido de exercer jornalismo; em Jun69 apresentar-se-á candidato a deputado na lista da CDE pelo círculo de Leiria);

³ (Antunes, op.cit pp.27); ⁴ (Bastos Martins, op.cit; reg. 13Dez61)

1961 – Dezembro.14

Ao princípio da manhã em São Bento, o PM Salazar envia para o governador-geral do Estado da Índia Portuguesa, general Manuel António Vassalo e Silva, o seguinte telegrama-rádio nº816/A:

- «V.Exa compreenderá a amargura com que redijo esta mensagem. É-nos impossível prever se a União Indiana atacará ou não dentro de pouco territórios desse Estado. Ameaças aliás muitas vezes repetidas não têm de ser tomadas à letra, mas desta vez o governo indiano foi tão longe nos seus preparativos bélicos que não sabemos como possa desviá-los sem efectuar o ataque. Porventura tentará, por meio de agentes subversivos, alterações da ordem e vida do Estado para dispersar e anular o valor das nossas forças de defesa do território e evitar a conquista que internacionalmente receia. Por isso é de aconselhar a máxima paciência ante as provocações. Tem-se desenvolvido intensa acção diplomática com o fim de mobilizar todas as amizades internacionais e influência de numerosos Estados no sentido de dissuadir a União Indiana de ataque que projectasse. Estamos seguros de que as grandes potências, como os Estados Unidos, Inglaterra e Estados amigos, como Brasil e outros sul-americanos, com assíduo auxílio da Espanha, fizeram sentir junto do governo de Nova Delhi ou representantes naqueles países a sua reprovação a um ataque militar ao território português. Posição tomada espontaneamente por categorizada imprensa mundial e geralmente afecta à União Indiana mostra como agressão a Goa repugna à consciência das Nações e é interpretada como desmentido da política pacifista do primeiro-ministro, que a isso é muito sensível. Sejam quais forem os resultados destas acções combinadas, há que esperar o pior. Todos temos consciência da modéstia das nossas forças, mas,

podendo o Estado vizinho multiplicar, por factor arbitrário, as forças de ataque, revelar-se-ia sempre no final grande desproporção. A política do Governo foi sempre, na impossibilidade de assegurar a defesa plenamente eficaz, manter em Goa forças que obrigassem a União Indiana a montar, como se vê agora, a operação militar em força, com escândalo mundial, que a dissuadisse a não projectar simples operações policiais. Isto significa que a primeira missão das nossas forças foi cumprida. A segunda, consiste em não se dispersar contra agentes terroristas supostos libertadores, mas organizar a defesa pela forma que melhor possa fazer realçar o valor dos portugueses, segundo velha tradição na Índia. É horrível pensar que isso pode significar o sacrifício total, mas recomendo e espero esse sacrifício como única forma de nos mantermos à altura das nossas tradições e prestarmos o maior serviço ao futuro da Nação. Não prevejo possibilidade de tréguas nem prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos. Ataque que venha a ser desferido contra Goa deve pretender, pela sua extrema violência, reduzir ao mínimo a duração da luta. Convém, politicamente, que esta se mantenha ao menos oito dias, período necessário para o Governo mobilizar, em último recurso, instâncias internacionais. Estas palavras não podiam, pela sua gravidade, ser dirigidas senão ao militar cónscio dos mais altos deveres e inteiramente disposto a cumpri-los. Deus não há-de permitir que este militar seja o último governador do Estado da Índia.»

- «Salazar envia um telegrama dramático ao governador Vassalo e Silva, texto onde ficam, em termos lúcidos e corajosos, as linhas gerais que explicam porque Goa terá de ser defendida. “Foi a única coisa digna que aqui encontramos”, comentará um general indiano ao devolvê-lo, meses mais tarde, ao eng. Jorge Jardim.»¹
- «O primeiro-ministro preferia uma acção que, embora firme na sustentação dos direitos dos goeses e da posição portuguesa, não constituísse propriamente uma ofensiva contra a União Indiana. Sempre que Portugal assumia uma posição mais agressiva, a União Indiana retaliava ou em relação aos goeses ou em relação à nossa política ultramarina, quer pelo apoio directo aos movimentos independentistas no Ultramar, quer pela dinamização da sua intervenção a nível internacional. Bastava que a acção portuguesa pudesse ser ligada com a Santa Sé ou com qualquer país, para que imediatamente fossem ameaçados de retaliação: o Vaticano era muito sensível porque em causa estavam os católicos da Índia; e alguns países também o eram por ficar em causa o seu comércio ou outros interesses económicos com a União Indiana. Como da nossa acção mais ou menos agressiva contra a União Indiana nada adviria no campo das realidades, o prof. Salazar entendia dever poupar os goeses a maiores sofrimentos e não agravar ainda mais, sem benefício efectivo, as condições de guerra no Ultramar.»²
- «Não são conhecidos os termos exactos da resposta do governador-geral às mensagens do presidente do Conselho, professor Oliveira Salazar, mas sabemos ter o general Vassalo e Silva agradecido a confiança nele depositada e garantido que honraria as nossas tradições, acrescentando que a resistência de oito dias só seria possível se o presidente do Conselho “contasse com um milagre”.»³

Ao princípio da tarde em Lisboa, o “Diário Popular” publica um despacho do jornalista Urbano Carrasco, seu enviado especial em Pangim:

- «Acabo de presenciar hoje, ao meio-dia e dez minutos, uma flagrante violação do nosso espaço aéreo, e da qual foram testemunhas milhares de pessoas – praticamente toda a população de Goa. Àquela hora, aviões de jacto, que só podem ser indianos, passaram sobre a capital do Estado da Índia. O rasto deixado no céu foi visível durante algum tempo. Algumas pessoas opinam tratar-se de oito aviões.»

Pouco depois em São Bento, o PM envia a 2ª mensagem (rádio 818/A) pessoal, dirigida ao governador-geral do Estado da Índia Portuguesa:

- «Acabo de receber por intermédio do nosso Ministro Negócios Estrangeiros Paris neste momento informação dos seus colegas ingleses e americanos que União Indiana desencadeará amanhã ataque territórios portugueses. Foram inúteis diligências respectivos governos junto nosso e mesmo diligência pessoal presidente Kennedy. Não restará agora mais que honrar a missão confiada às tropas sob comando Vexa.»
- «No dia 14, aterrou naquele território [Diu] um avião que efectuou a evacuação das famílias (perto de 50 pessoas) para Carachi, com destino à Metrópole.»⁴

Durante a noite na fronteira nordeste distrital de Goa, o posto policial do Siquervale é atacado por forças da União Indiana com armas automáticas, que forcem a guarnição a recuar para Doromarogo (cerca de 3km no interior). Na fronteira norte, alguns postos da Guarda Fiscal são também forçados a retirar para o interior.

- «Quando o comando do Agrupamento Centro se preparava para partir para Pondá, apresentou-se ao major Francisco de Moraes, para o acompanhar, o alferes reformado Domingos Maximiano César, do extinto Quadro Privativo das Forças Coloniais, sogro do segundo-sargento Serafim Bernardo [da 1ªRep/QG]. Era um velho de 70 anos. Trazia consigo uma espingarda caçadeira e um punhado de cartuchos. Como sabia que a todo o momento se esperava a invasão de Goa, “desejava, como velho militar, fazer ainda alguma coisa pela sua Pátria”. Foi com enorme emoção que todos o receberam e abraçaram, e nunca aquele rijo veterano deixou transparecer qualquer manifestação de desânimo.»⁵

¹ (Nogueira Pinto, op.cit pp.401); ² (Silva Tavares, secretário-geral da Índia 03Mai54, governador da Guiné 26Abr56, governador-geral de Angola 15Fev60-11Jun61); ³ (Carlos Moraes, op.cit pp.134); ⁴ (idem, pp.246); ⁵ (ibidem, pp.108/9)

1961 – Dezembro.15

No areópago da ONU em Manhattan, o novo secretário-geral U Thant envia, em simultâneo, uma mensagem para o PM indiano Nehru e para o PM português Oliveira Salazar:

– «Informado da grave situação que surgiu ultimamente na fronteira da Índia e de Goa, Damão e Diu, conforme se depreende das cartas dirigidas ao presidente do Conselho de Segurança pelos representantes permanentes da Índia e de Portugal, apelo respeitosa e urgentemente para Vossas Excelências e para o seu Governo, para assegurar que aquela situação não se deteriore ao ponto de constituir uma ameaça à paz e segurança. Sugeriria negociações imediatas para se conseguir, em curto prazo, uma solução do problema. Naturalmente esperaria que tais negociações se harmonizassem com os princípios da Carta e formulados pelas Nações Unidas.»

Entretanto no Estado da Índia Portuguesa, acumulam-se graves indícios de invasão.

– «Começaram a surgir fortes indícios da invasão do território de Diu. No dia 1 [!?] de Novembro chegou a Diu o navio Lúrio que, além da carga habitual, descarregou algumas munições de artilharia, pedidas do antecedente. [...] No dia 15 ao amanhecer chegou a Diu o navio Lúrio, iniciando-se desde logo a descarga do material que trazia: explosivos, minas, munições de obus 8.8 e receptores-transmissores. Todavia, por ordem do comandante do Agrupamento, o navio levantou ferro pelas 15:00 horas rumo a Carachi, não chegando a efectuar a descarga de todo o material que transportava. Isto porque, cerca das 12:00 horas, o governador-geral comunicava para Diu que se encontravam definitivamente perdidas as esperanças de intervenção estrangeira, no sentido de dissuadir a União Indiana do ataque à Índia Portuguesa.»¹

– «Lembro-me até de, dois ou três dias antes da invasão, me aparecer um inspector-superior do [Ministério] do Ultramar, que, dentro das suas atribuições, ia passar uma inspecção. Eu estranhei a presença desse inspector e disse-lhe: “O que admira é que o Governo me mande inspectores e não elementos que m ajudem a resolver o problema militar”.»²

Por essa ocasião, no aeroporto da Portela aterra um avião vindo de Goa com as primeiras mulheres e crianças dali evacuadas.

¹ (Carlos Morais, op.cit pp.241,246/7); ² (Vassalo e Silva, cf Botelho da Silva op.cit pp.82)

1961 – Dezembro.16

Chega a Nova Delhi, o presidente do conselho supremo da URSS Leonidas Brejnev.

– «Durante a noite, enquanto os elementos da polícia do posto de Polem recolhiam a OrdoFondo [fronteira sul de Goa], onde o ERec4 já se encontrava instalado, as tropas indianas arrasaram o posto e a povoação. O ERec4, em OrdoFondo, fez fogo durante dez minutos sobre elementos inimigos avistados na margem sul do rio. Uma camioneta da polícia e outra da carreira de passageiros accionaram minas colocadas pelos terroristas na estrada Margão-Canácona, não se verificando no entanto quaisquer vítimas. [...] Na manhã deste dia, o capitão Couto Leite [oficial de OI do Agrupamento Centro] deslocou-se à Diligência de Usgão-Candeapar sob o comando do alferes Castel Branco, para se inteirar da situação. Ao fim do dia, soube-se que os postos de Polícia e Guarda Fiscal da fronteira [nordeste] haviam retirado um quilómetro. [...] Durante este dia continuaram a chegar [ao QG] notícias sobre movimentos e concentrações de tropas da União Indiana junto à fronteira norte do território.»¹

Enquanto isso em Carachi, o embaixador Augusto Potier expede para o MNE Franco Nogueira um telegrama “secretíssimo”, do qual se extrai o seguinte:

– «Este governo [do Paquistão] não autoriza o sobrevoo nem aterragem no aeroporto de Carachi, nem escala técnica por nossos aviões de transporte militar, segundo acaba de me comunicar (às 21.45 horas de hoje, dia 16), o secretário-geral deste ministério dos negócios estrangeiros.»

Pouco depois, o governo da União Indiana intima Portugal para que proceda à imediata evacuação dos territórios de Goa, Damão e Diu.

– «O comando das tropas inimigas, cuja operação foi designada por Vijaya (Vitória), com efectivos da ordem dos 45 mil homens e mais 25 mil de reserva, e apoio de elementos da State Reserve Police, foram entregues aos seguintes oficiais: comandante-chefe, major-general J.N. Chaudury; comandante das forças aéreas, marechal-do-ar E.W. Pinto do Rosário, com helicópteros, aviões de reconhecimento, aviões-de-caça e caça-bombardeiros Camberra, Vampire [DeHavilland] e Ouragan; comandante das forças navais, contra-almirante R.S. Somon, com navio-chefe INS Mysore (ex-cruzador britânico Ajax) sob comando do capitão Cameron, fragatas Trishul, Beas, Betwa e Cauvery, porta-aviões Vikrant, e destroyers Rajput, Ranjit e Rana; comandante das forças terrestres, major-general K.P. Candeth. Frente Norte, sob comando do brigadeiro Sagat Singh, com a 50ª Brigada Para-Quedista a quatro batalhões reforçados com carros de combate, artilharia e viaturas anfíbias, e apoio de forças da SRP. Frente Leste, sob comando do brigadeiro Kulwant Singh, constituída pela 17ª Divisão de Infantaria com a Sihck Light Infantry Brigade e a 48th Brigade Guards. Frente Sul com unidades motorizadas e mecanizadas, de efectivo desconhecido. Quanto ao efectivo inimigo contra Damão, notícias recebidas estimavam esse efectivo em cerca de 4 mil homens, incluindo elementos do exército e da SRP, constituindo o 1st BN Maratha Light Infantry, com sede em Poona, do comando do tenente-coronel S.J.S. Bhonsale, reforçado com duas baterias de artilharia, armas pesadas, pessoal de transmissões, serviço de saúde e sapadores.»²

– «Entretanto o governador e comandante-chefe [general Vassalo e Silva] mostra-se confiante. Na véspera do ataque, em diálogo telefónico com o ministro do Ultramar prof.Adriano Moreira, a que assistem Salazar e Franco Nogueira, declara confiante: “Isto está um vulcãozinho... Mas vamos resistir.”³

– «Diz-se que reina o optimismo no palácio do Haldalção. O Exército continua de prevenção e acaba de requisitar todos os camiões e alguns carros ligeiros. O último avião dos TAP partiu de manhã para Carachi levando quase todo o pessoal que trabalhava no aeroporto. [...] Falo com alguns soldados. Riem-se do exército da União Indiana: “eles que venham!”. Fora da barra estão alguns vasos de guerra da União Indiana: um cruzador, três fragatas, um porta-aviões, um caça-minas, dois ‘destroyers’. No porto de Mormugão está o nosso velho “Afonso de Albuquerque... Sua Excelência o governador-geral recebe os jornalistas e informa-os de que a União Indiana, apenas procederá a uma acção policial e terrorista. Não há motivo para receio. Um jornalista brasileiro informa Sua Excelência de que esteve, de tarde, na fronteira, e que o comandante indiano o informou de que atacaria nessa madrugada com 40 mil homens e carros blindados.»⁴

Por essa ocasião em Lisboa, o vespertino “Diário Popular” publica mais uma reportagem do seu enviado especial Urbano Carrasco, da qual se destaca o seguinte:

– «Foi para evitar submeter o pessoal, a possíveis consequências do fogo na zona de fronteira e a outras acções de provocação, que as guarnições dos postos fronteiriços de Polem, Siquervale, Maulinguem, Patarden e Foquirpato, foram recuadas entre 1 a 3 km para dentro do nosso território. Esta medida confirma todo o cuidado que tem sido posto do nosso lado para evitar incidentes, mesmo os mais deliberadamente provocados.»

Ao mesmo tempo no areópago da ONU em Manhattan, é colocado ao CS – pelos delegados dos EUA, França e Turquia –, um projecto de resolução urgente no sentido de «condenar a União Indiana pela ameaça militar contra Goa», o qual é vetado pelo representante da URSS.

– «Quando a União Indiana conquistou Goa pela força com a “cobertura” do veto soviético, fê-lo com manifesto desprezo pela Carta e, no fundo, fora protestos e lamentos verbais, ninguém se preocupou muito com o caso. A Carta é utilizada ao sabor das decisões da maioria: invocada, quando serve os seus interesses; posta de lado, quando os contraria. A medida que serve para um estado, não se aplica a outro; tudo depende da ideologia e alinhamento do país em causa. A Guiné deveria separar-se de Portugal, mas o Catanga não podia fazê-lo em relação ao Congo. Os esforços militares portugueses para pôr termo ao terrorismo no norte de Angola, punham em perigo a paz e a segurança internacionais; mas o exército iraquiano podia à vontade metralhar e esmagar os rebeldes curdos. Um terrorista enforcado na Rodésia era um escândalo internacional; mas os massacres de cristãos no Sudão em nada preocupavam as Nações Unidas. Assegurada uma maioria comunista e afro-asiática, estava instituída a regra dos “bons” e dos “maus” Estados e governos, que prevaleceria sobre toda a legislação internacional. [...] Havia é certo inimigos “naturais”, por isso irreductíveis. Com estes não valia a pena transigir nem negociar pois o único preço que aceitariam para desistir dos seus ataques era que a Nação se desviasse dos seus objectivos e moldasse a sua política aos seus (deles) interesses, isto é, que abandonássemos os territórios e populações do Ultramar. Nesse dia, teríamos com certeza os aplausos das Nações Unidas, dos “mass media” esquerdistas, dos comunistas e afro-asiáticos. [...] Que aliás [pós-25A] viemos a ter (sem outras vantagens), quando a ditadura esquerdista MFA-PC entregou incondicionalmente os territórios e populações do Ultramar aos grupos de guerrilheiros marxistas.»⁵

¹ (Carlos Morais, op.cit pp.130/109/90); ² (idem, pp.193/4, 230); ³ (Nogueira Pinto, op.cit pp.401);

⁴ (Bastos Martins, op.cit; reg. 16Dez61); ⁵ (Nogueira Pinto, op.cit pp.118/9,121)

1961 – Dezembro.17

No Estado da Índia Portuguesa, onde se encontram apenas 3500 efectivos militares (oficiais, sargentos e praças) metropolitanos, reforçados por cerca de 900 polícias indo-portugueses e outros 5 mil paramilitares, às 18:00 locais (princípio da tarde em Lisboa), o exército da União Indiana dá início à invasão maciça sobre o território português, com 45 mil homens apoiados por numerosas formações de artilharia pesada, tanques e carros de combate, tropas aerotransportadas em cooperação no ataque com unidades anfíbias e esquadrilhas de aviões de bombardeamento e caça, permanecendo 26 mil tropas em reserva do outro lado da fronteira distrital de Goa.

Em Nova Delhi e em Belgão, os correspondentes da ‘Reuter’ e da ‘France-Presse’ expedem telexes:

– «O exército indiano e unidades da força aérea, lançaram hoje um ataque em três direcções contra o enclave português de Goa. As forças armadas indianas entraram nos territórios de Goa, Damão e Diu.»

Segundo informa o palácio do Haidalção, em telegrama do correspondente do Diário Popular, até ao momento registam-se «3 feridos, 2 desaparecidos e infiltração de tropas indianas por três pontos diferentes».

– «Dezembro 17 - Leonid Brezhnev, presidente da União Soviética, está em Bombaim enquanto os indianos preparam o ataque e declara o seu apoio aos movimentos anticolonialistas, mencionando especificamente o caso de Goa.»¹

– «O ataque foi precedido por movimentos de patrulhas de reconhecimento, que penetraram no nosso território pela fronteira norte de Goa, na tarde do dia 16 de Dezembro, cerca das 22:00 horas, e no dia 17 de Dezembro, em especial nas regiões de Siquervale, Maulinguem e Foquirpato, estas duas no extremo norte do distrito [de Goa]. [...] Na manhã do dia 17, um avião tipo [caça-bombardeiro DeHavilland] Vampire sobrevoou as regiões vizinhas do nosso território [de Diu]. Na mesma altura, foram recebidas notícias referindo que as aldeias junto à fronteira haviam sido evacuadas. Por outro lado, o comando do Agrupamento [António da Silveira] recebia a notícia de que alguns comboios, transportando material-de-guerra e tropas, haviam chegado a Una, cidade próxima de Madvi, deslocando-se estas para áreas em redor de Diu. O seu efectivo era estimado em 4500 homens. [...] Nos últimos dias foram recebidas mais 3 mensagens, chegadas através do Ministério do Ultramar. A 2ª mensagem referia-se à recolha a Lisboa da frota aérea dos TAIP. A ela respondeu o general Vassalo e Silva do seguinte modo: “Os aviões dos TAIP foram adquiridos com verbas do Estado da Índia Portuguesa e aqui permanecerão enquanto forem necessários para evacuação de mulheres e crianças”. Foram eles que realizaram parte da evacuação das famílias, tendo efectuado o último voo, na madrugada do dia da invasão, o comandante [tenente-coronel piloto-aviador Austen Goodman] Solano de Almeida, que chefiava aquela companhia de transportes. Na 3ª mensagem, o Governo de Lisboa dava ordem para ser adoptada uma política de “terra queimada”. Isto incluía, entre outras medidas, a destruição do palácio do Governo, das instalações do porto de Mormugão, da sede do Banco Nacional Ultramarino, dos tanques de gasolina e petróleo localizados em Vasco da Gama, etc. O governador-geral determinou que apenas fossem destruídos os objectivos de interesse militar, nomeadamente as pontes, com o argumento de que as populações do território não deviam ser privadas do património que fazia parte da sua cultura, bem como dos meios essenciais de sobrevivência futura. A ordem do governador-geral foi cumprida neste precisos termos, que foram comunicados para o Governo central. [...] Na manhã desse dia, o CEM tenente-coronel [de

cavalaria Ruben] Marques de Andrade e o comandante do Agrupamento Dom João de Castro, major [Acácio Nunes] Tenreiro, deslocaram-se em visita de inspecção à zona norte. Quando se encontravam em Assonorá, foram informados pelo comandante do posto de Polícia local, que em Maulinguem se travava luta entre forças da União Indiana e do ERec2, havendo já a registar 3 feridos nossos. [...] Às 09:45 horas do dia 17, as forças armadas da União Indiana iniciaram a invasão do território nacional, ocupando com um efectivo de 2 pelotões a povoação de Maulinguem e preparando-se para conquistar o ponto trigonométrico [marco geodésico] de Maulinguem. O alferes Aguiar recebe a missão de, com uma secção de atiradores, [ali] montar um posto de observação. Ao atingir a crista com os seus homens, é surpreendido pelo inimigo que abre fogo a cerca de 20 metros, ocasionando a morte de 2 praças e o ferimento de outros 3. É obrigado assim a retirar, o que executa sob apoio de fogos de autometralhadora e metralhadora ligeira. Entretanto, pelas 13:45 horas, chega a resposta negativa ao pedido para contra-atacar. [...] Dias antes, Lisboa comunicara o envio de 2 companhias de Caçadores Especiais e de 1 pelotão de Artilharia Antiaérea. As 2 companhias não chegaram a apresentar-se em Goa. Havia 2 peças AA de 4cm e 2 metralhadoras AA de 20mm, material obsoleto para o qual não havia guarnições preparadas. Para as 2 primeiras improvisaram-se guarnições da BArt2 e para as últimas pessoal da CCac7 (condutores e cozinheiros). Estas armas não tinham possibilidade de fazer frente aos aviões da União Indiana. Tais guarnições não foram autorizadas a fazer um único tiro de treino e a instrução foi meramente teórica. Às 2 da tarde [do dia 17], chegou a Vasco da Gama parte do PelAA, a fim de substituir o pessoal da BArt2 empenhado nas guarnições das peças antiaéreas de defesa do aeroporto de Dabolim. Este pessoal embarcou para Goa no maior segredo, razão por que ia à paisana, pois pretendia fazer-se crer que se tratava de uma equipa desportiva que ali ia em visita. O pessoal do pelotão, comandado pelo alferes Manuel Ferreira Canário, trajava civilmente, tendo este informado que o mesmo nunca executara tiros das peças AA do modelo ali existente, pelo que não se encontrava habilitado a manejá-las. [...] Depois de uma rápida visita a Tonca, os 2 oficiais [TCor. Marques de Andrade e Maj. Tenreiro] regressaram a Pangim. No palácio do Hidalcão encontravam-se reunidos o general comandante-chefe, o brigadeiro comandante militar e o subchefe do Estado Maior. Interrogado o comandante do Agrupamento Dom João de Castro, que entretanto ali compareceu, sobre a atitude mais indicada face aos acontecimentos, foi de opinião que as nossas tropas deveriam contra-atacar, obrigando o inimigo a retirar do nosso território. O general Vassalo e Silva não apoiou a ideia, alegando que a missão das nossas tropas era retirar, a fim de ganhar tempo. O major Tenreiro apresentou a sua discordância. [...] O oficial de OI do Agrupamento, capitão Roberto Durão, quando ali chegou o pedido do ERec2, canalizou-o para o QG e foi este que decidiu pela negativa. O ERec2, no firme propósito de recuperar o PO e os corpos dos militares que ali haviam caído em combate, resolve contra-atacar obrigando o inimigo a retirar. Cerca das 5 da tarde instala ali 1 PelRec, 1 autometralhadora e 1 secção de atiradores batendo a estrada Maulinguem-Bicholim. A mensagem-rádio do Agrupamento para o ERec2, com a resposta negativa do QG, foi a última ligação com o Esquadrão, pois a partir daí as ordens passaram a ser dadas directamente pelo QG, sem que aquele comando tivesse delas qualquer conhecimento. [...] Ao fim da tarde, foi conhecida [no Agrupamento Centro] a notícia de que [cerca das 16:00] o inimigo bombardeara Sinqervale, Doromarogo e Maulinguem. [...] A invasão acontece na noite de 17 para 18 de Dezembro de 1961, pondo termo à presença portuguesa na Índia durante 4 séculos e meio. É o início de uma nova e dramática fase da vida do País. Os incidentes ocorridos em Angola no início do ano e, alguns meses depois, os acontecimentos desencadeados nos nossos territórios da Índia, fizeram despertar o povo português do sono letárgico em que mergulhara há já longos anos, obrigando-o a tomar consciência dos múltiplos problemas que se prendiam ao Ultramar.»²

Por essa ocasião no palácio das Necessidades em Lisboa, o MNE Franco Nogueira convoca de urgência o embaixador norte-americano Charles Elbrick, que pouco antes das 23:15 comparece e após 5 minutos de audiência sai apressadamente.

– «Às 8,30 (hora de Lisboa), o ministro do Ultramar esteve em contacto telefónico com o governador-geral do Estado da Índia. De harmonia com as informações então obtidas, a União Indiana iniciou um poderoso ataque militar contra Goa em 3 frentes. Julgamos que 2 dos ataques constituem manobra de diversão. O ataque verdadeiramente importante é aquele que é dirigido contra a zona sul. Estamos portanto perante uma invasão do território português. As forças portuguesas lutarão até ao limite das suas possibilidades. Mas como é evidente, não têm nem jamais poderiam ter meios para se opôr eficazmente às forças indianas. Estas, segundo julgamos, empregarão também a aviação, além da marinha-de-guerra. O Governo português, diante desta bem caracterizada agressão, tem hesitado sobre se deve ou não recorrer ao Conselho de Segurança. Em princípio, o Governo tinha decidido não solicitar a convocação do Conselho de Segurança antes que o ataque se efectivasse e a razão é simples: não desejávamos que o Conselho, que em qualquer caso não pararia a agressão, nos envolvesse a propósito de Goa na trama das resoluções sobre colonialismo e territórios não-autónomos que a Assembleia tem aprovado; mas também o Governo decidira que, uma vez desencadeado o ataque, pediria uma reunião de emergência do Conselho. Ora o ataque produziu-se e está em progresso, e portanto deveremos convocar o Conselho, mas aqui intervém agora a posição do governo americano que é de fundamental importância. Segundo o embaixador [por intermédio do conselheiro Xanthaky] me comunicou há [8] dias, essa posição seria a seguinte: o governo dos Estados Unidos condenaria no Conselho a agressão indiana mas se no debate, não obstante todos os esforços em contrário, fossem incluídas questões mais amplas como Angola ou o colonialismo em geral, os Estados Unidos seriam forçados a assumir uma atitude conforme à que têm tomado no decurso deste ano acerca de tais problemas. Disse o embaixador: [...] “Não sei portanto qual será a atitude do governo americano, embora julgue que continuará a ser a indicada”. [...] Retomei a minha exposição: [...] “É exacta a posição dos Estados Unidos tal como a resumi e noto ainda que me não dá garantias de que os Estados Unidos a modificarão, agora que a agressão se verificou. Ora sucede que o Governo português receia que os afro-asiáticos procurem na verdade aproveitar a oportunidade para se ocupar do chamado problema colonial português, generalizando a discussão no Conselho de Segurança. Se tal acontecer, temos portanto que os Estados Unidos tomarão quanto

a esse problema genérico uma posição idêntica à que vêm assumindo nas Nações Unidas nos últimos 10 meses, quer dizer, hostil a Portugal. Perante este facto, estou encarregado pelo meu Governo de lhe fazer a seguinte declaração solene. Se Portugal solicitar uma reunião do Conselho de Segurança, se a essa reunião forem trazidos os problemas genéricos do Ultramar português, e se os Estados Unidos tomarem de novo quanto àqueles uma atitude hostil, deve o governo americano estar consciente, a partir deste momento, que o facto terá as mais graves repercussões nas relações entre os 2 países, e que tais relações deixarão de ser, no plano bilateral, o que actualmente são, devendo considerar-se como terminada e finda a posição de que os Estados Unidos têm beneficiado em Portugal, sendo o governo americano oportunamente informado no sentido dessa modificação". De novo o embaixador: "Perante a seriedade do que me acaba de dizer, a única palavra que me ocorre é a de lamentar a situação criada". [...] Por minha parte: "Temos vindo a avisar os Estados Unidos, durante os últimos 10 meses, dos perigos da sua política quanto ao problema ultramarino português. [...] Estamos certos de que a nossa política defende os interesses do Ocidente. Se os Estados Unidos assim não o compreendem, teremos de rever a nossa posição. Se por outro lado é política americana contribuir para a destruição do Ultramar português, então não necessitamos, para obter tal resultado, do apoio dos Estados Unidos, que nos sai muito dispendioso. [...] A opinião pública portuguesa não compreende uma posição americana hostil aos interesses portugueses. Será preciso rever as relações entre os nossos 2 países e haverá que revelar muitos factos". [...] Pergunta o embaixador: "Que problemas surgirão no Conselho de Segurança? [...] Julgo que estaremos portanto preparados para no Conselho de Segurança ficar do lado dos que perdem". Conclui: "No lado dos que ganham, no meu entender. Amanhã ou depois lhe direi o que o Governo português fará. A título pessoal, julgo que poremos o problema no Conselho de Segurança, embora a sua comunicação de anteontem nos tenha deixado hesitantes. É pelo menos esta a minha orientação e repito-lhe que a atitude que os Estados Unidos vierem a adoptar,³ determinará a nossa posição quanto às relações entre os 2 países".⁴

¹ (Antunes, op.cit pp.27); ² (Carlos Morais, op.cit pp.195,249,134/5,90-93,110,26/7,156/7); ³ (este mesmo diplomata Elbrick vai ressurgir na cena internacional em Set69, quando embaixador na América do Sul, ao ser sequestrado e libertado a troco de 13 militantes do PCB enviados para a cidade do México);

⁴ (Franco Nogueira, in "Diálogos..." vol.1 pp.70-75)

1961 – Dezembro.18

No Estado da Índia Portuguesa, o palácio do governador-geral em Hidalcão está sem comunicações com Lisboa, onde «só então o Governo soube que o emissor móvel que fôra enviado para Goa, regressara [12] meses antes por ordem do subsecretário do Exército, Costa Gomes». As únicas notícias chegadas a Portugal, são de origem indiana ou de agências estrangeiras que relatam o «abandono e afundamento do navio Afonso de Albuquerque, tomada de Angediva pelas tropas indianas, número de baixas registadas»; por seu lado o jornal *Diário Ilustrado*, informa que «a Índia bombardeia Goa e causa vítimas entre a população civil».

– «Cerca das 24:00 horas [17 para 18], chegaram [ao comando do Agrupamento Afonso de Albuquerque, em Navelim] as primeiras notícias da invasão de Goa: a União Indiana iniciara o ataque pelo norte do território. (...) Perto da 1 e meia da manhã, o posto da Polícia da fronteira de Gogolá [leste distrital de Diu], era atacado por tropas do exército indiano, registando-se o ferimento de um dos guardas que se encontrava de sentinela. Pelas 02:00 horas o posto é novamente atacado, procurando o inimigo contornar o quartel a fim de atingir a zona do depósito de água. O comandante do Agrupamento [António da Silveira] ordenou à BArt4 e aos morteiros da CCac que executassem os tiros previstos sobre a região das salinas, para aliviar a pressão inimiga sobre o posto de Gogolá. [...] Pelas 2 horas da madrugada do dia 18 de Dezembro, tropas indianas atravessaram a fronteira [nordeste distrital de Damão], entre o Posto de Benselor e a aldeia de Janivancar, não tendo sido assinaladas pelas nossas tropas. [...] Cerca das 02:00 horas, forças inimigas atacaram e destruíram o posto de Doromarogo [nordeste distrital de Goa], retirando logo de seguida, facto verificado pelo ERec1 ali enviado em reconhecimento. [...] Pelas 02:20 horas, ouviram-se [na LFG-Vega, ao largo de Diu], fortes detonações que denunciaram intenso fogo de artilharia da Fortaleza para a região da fronteira de Gogolá. O comandante [segundo-tenente Jorge Manuel Catalão de Oliveira e Carmo] ordenou rápida manobra e de novo voltou ao mar. Novamente foi captado o eco do navio desconhecido e verificou-se que este navegava a 12 milhas da costa. Às 02:40 efectuou-se a saída da Folque com rumo a Nagoá, e não a da Dio como estava previsto. Às 03:00 deu-se o encontro das lanchas Vega e Folque na região costeira de Podamo, rumo à baía de Nagoá. [...] O comandante do Agrupamento [Afonso de Albuquerque], major Rangel de Almeida, é chamado ao telefone da Polícia de Margão pelas 03:00 horas. [...] Pelas 03:00 horas, 2 embarcações vindas do território da União Indiana atravessaram o canal [de Chassi] na zona de Passo Covo [fronteira norte de Diu] e atracaram na nossa margem desembarcando alguns elementos. Ao ser-lhes dada voz de alto responderam com o fogo das suas armas, estabelecendo-se tiroteio que terminou com a fuga desordenada do inimigo para o seu território. Cerca das 03:15 horas perdeu-se a ligação telefónica do comando [do Agrupamento António da Silveira] com os postos de Passo Seco, Bunxivará, Passo Covo e Brancavará. Cerca das 04:00 horas, por ordem do comandante do Agrupamento, partiu da Fortaleza uma patrulha constituída por 1 furriel e 5 praças da BArt4, com a missão de reforçar a guarnição de Gogolá e procurar recuperar os feridos. Às 03:55 a Vega rumou em direcção ao navio desconhecido para melhor o identificar, deixando para trás a Folque. Às 04:00 horas, por suspeitar das intenções daquele navio, a Vega voltou ao encontro da Folque tendo embarcado todo o pessoal que nesta se encontrava. O comandante [Oliveira e Carmo] optou por que se abandonasse a Folque o mais rápido possível. Depois de todo o pessoal embarcado na Vega, o navio alvejou com fogo de metralhadora pesada as lanchas Vega e Folque, pelo que o comandante ordenou rápida manobra rumo a Diu na máxima velocidade [...] Cerca das 04:00 horas, todos os postos inimigos localizados ao longo da fronteira [distrital de Damão], abriram simultaneamente fogo contra as nossas posições. 3 companhias indianas progrediram através do nosso território e alcançaram rapidamente a linha definida pelo aeroporto-Dundorta e Benselor. O pessoal do posto da Aerogare foi surpreendido pelo inimigo, estabelecendo-se curto tiroteio. Daí resultou a morte dos guardas João Paulo de Noronha e Joviano da Fonseca, e o aprisionamento dos restantes elementos (1Cb Francisco Ramos Taveira da

CCac11, e guardas da PEI Narciso do Rosário, Joaquim de Albuquerque, Jesus Pereira, Teórico Fernandes e Agostinho Pereira, e o meteorologista civil goês). [...] Pelas 04:00 horas, o ataque principal [sobre o distrito de Goa] é iniciado com uma forte preparação de artilharia sobre Bicholim e Assonorá. Seguidamente, a 50ª Brigada Pára-quedista inicia a progressão, atacando o eixo Maulinguem-Bicholim. Contorna Assonorá pelo norte ameaçando cortar a retirada do pelotão do ERec1 aí instalado, que é obrigado a abandonar aquela posição. [...] Cerca das 04:30 horas, teve início o 1º bombardeamento de artilharia a Damão Grande, que durou 30 minutos, tendo sido atingidos o palácio do Governo, o quartel da Bateria, o Comando e a Estação Telegráfica. Neste ataque foram atingidos por estilhaços os 1Cb António Rodrigues da Cruz e Domingos Caldeira Teixeira, e o Sld António Piedade dos Reis. Logo que o bombardeamento teve início, foi dada ordem ao alferes miliciano Francisco Eduardo Rodrigues Baptista, que comandava as bocas de fogo do Cais de Trapiche, para executar tiro sobre Cunta na União Indiana, tendo as [6] secções [de obuses da BArt3] efectuado 28 tiros. [...] Pelas 04:30 horas, o chefe do Estado-Maior comunicou, telefonicamente [ao Agrupamento Centro], o bombardeamento de Bicholim realizado pela artilharia inimiga e, bem assim, o início da invasão do território de Goa, dando ordem para que o Plano Sentinela entrasse em execução. O major Francisco de Moraes encarregou o capitão Condado (conselheiro técnico e coordenador do Plano de Barragens), de proceder à destruição do material-de-guerra existente em depósito e que não podia ser transportado na deslocação para o posto-de-comando do Agrupamento, em Candearpar. [...] Uma vez ocupada Bicholim, cuja ponte foi destruída pelas nossas tropas às 04:40 horas, o grosso da Brigada Pára-quedista continua a sua progressão sobre Pangim pelo eixo Bicholim-Piligão. [...] Pouco depois das 05:00 horas do dia 18, os elementos avançados da 17ª Divisão iniciaram a travessia da fronteira leste [distrital de Goa]. [...] Pelas 05:30 horas o comandante do Agrupamento [António da Silveira] ordenou à BArt4, do comando do capitão Mário Pinto Rodrigues de Almeida, que executasse o tiro previsto sobre o território indiano, junto a Gogolá. Esse fogo, conjugado com a reacção pronta do posto, deu lugar à debandada do inimigo. Após hora e meia de trajecto [desde as 04:00, entre a Fortaleza de Diu e a fronteira leste daquele distrito], o furriel de artilharia João da Costa Rita e o soldado Ilídio Marques Nogueira conseguem atingir o posto de Gogolá; os restantes [4] elementos perderam-se na escuridão da noite, acabando por chegar mais tarde à aldeia de Gogolá. No posto com um efectivo de 13 homens, apenas 3 se encontravam em acção pois os restantes estavam feridos. Só graças à actuação corajosa e decidida do furriel Rita e do subchefe Pereira de Sousa, que ofereceram tenaz resistência, foi possível cobrir a retirada dos restantes elementos. O furriel Rita acabou por ser atingido no peito por estilhaços. Na resistência salientaram-se igualmente os guardas António Machado Ferreira Spínola e Domingos do Nascimento Robalo, que acabaram por ser feridos com gravidade. [...] Eram 05:30 horas quando o Agrupamento [Centro] deixou o quartel de Pondá. [...] Cerca das 05:30 horas, [vindo de Lisboa] chegou a Vasco da Gama o restante pessoal do PelAA, que não trazia equipamento nem armamento individual. Devido à evolução da situação, foi impossível utilizá-lo nas guarnições das peças AA, pelo que depois de armado foi empenhado na defesa de uma posição junto do aquartelamento da Bateria do Alto Mangor. Pelas 06:30 soube-se [no comando do Agrupamento Vasco da Gama, em Alparqueiros], por um telefonema do sub-CEM, que entrava imediatamente em execução o Plano Sentinela. Pela mesma via toma-se conhecimento de que a União Indiana iniciara a invasão de Goa pelo norte, com preparação de artilharia durante 4 horas, prevendo-se também que o inimigo desencadeasse a invasão pelos restantes eixos previstos. [...] Ao alvorecer, surgiu à vista da Fortaleza [de Diu] um navio de guerra. Imediatamente foi dada ordem para um obus 8.8 ser içado para a plataforma do baluarte de Santa Luzia, a fim de bater em tiro directo o navio inimigo. A ordem inicial para abrir fogo foi mandada suspender, em virtude de a bordo terem içado uma bandeira que se julgou ser portuguesa. Só mais tarde se verificou tratar-se de uma bandeira preta e encarnada, que constituía o sinal de início de combate. Perdeu-se assim a única oportunidade para atingir aquela unidade naval, que era o cruzador Nova Delhi da armada indiana. Procedeu-se então à destruição do palácio do Governo preparada durante a noite: queimaram-se os arquivos do comando do Agrupamento [António da Silveira], os documentos criptográficos e inutilizaram-se as máquinas de cifra, lançadas depois ao mar. Às 06:15 o comandante [da LFG-Vega] ordenou o levantamento do ferro e à saída da barra avistou-se, a uma distância aproximada de 2 milhas, o cruzador com bandeira de fogo içada no mastro e a da União Indiana no mastro da ré, tirando-se todas as dúvidas sobre a sua nacionalidade. Cerca das 06:20 horas os feridos do posto de Gogolá dirigiram-se para o embarcadouro da povoação. Regresso rápido da Vega ao ponto de partida, onde fundeou cerca das 06:35. O comandante [Oliveira e Carmo] dirigiu-se à câmara e fardou-se de branco, dizendo que assim morreria com mais honra. [...] No posto da Fonte [em Angediva], pelas 06:30 horas os seus elementos avistaram, a oeste da Ilha e a pouca distância, o cruzador indiano Mysore. Pouco depois, era dele lançado um sinal luminoso, indicador do início do ataque à ilha. O cruzador dirigiu-se para sul. [...] Cerca das 06:30 horas do dia 18 de Dezembro, foi observado do Forte da Aguada o bombardeamento aéreo do aeroporto de Dabolim. [...] Embora cerca das 04:00 horas o oficial de serviço [no navio Afonso de Albuquerque] tivesse ouvido, através da Emissora de Goa, que as tropas indianas haviam iniciado o ataque ao nosso território, só pelas 06:40 horas é recebida a bordo uma mensagem do Comando Naval de Goa, informando que a União Indiana desencadeara a invasão. Às 06:55 horas o pessoal ocupa os seus postos de combate. (...) [Entretanto], pelas 06:45 horas, os militares do posto [do Altinho, na ilha de Angediva] localizaram, junto da ilha de Round (ilhota desabitada a sudeste de Angediva), a fragata Trishul da União Indiana, que momentos depois iniciou intenso bombardeamento à zona sudeste da Ilha, que durou 15 minutos. Acto contínuo, a metralhadora do posto do Altinho, manejada pelo cabo Nelson Bragança, abriu fogo atingindo vários elementos que nelas seguiam. A fragata, localizando a nossa metralhadora, fez fogo durante curtos minutos no intuito de a silenciar, não tendo causado baixas. Após as tropas indianas terem desembarcado na praia Pequena, as barcaças recolheram ao navio com alguns feridos ou mortos, para pouco depois transportar novo contingente. Uma vez mais o cabo Bragança varreu com a sua metralhadora os elementos que nela seguiam, ocasionando grande número de baixas. Pouco depois o cabo Bragança viu-se obrigado a suspender o fogo por falta de munições. Os

elementos do posto tiveram de retirar. (...) Pelas 07:00 horas, em Damão Pequeno, o comandante da PEI tenente [miliciano de infantaria] Alberto [António] Ferreira¹, o alferes Alberto Santiago de Carvalho, o furriel Silva e 2 praças, deslocaram-se numa viatura em direcção ao aeroporto, a fim de se inteirar da situação, dado que o posto rádio não respondia à chamada. Ao chegar perto do aeroporto, são detidos por fogos de uma companhia indiana. Abandonaram rapidamente a viatura saltando para as bermas da estrada. O alferes Santiago de Carvalho fica em local mais desprotegido do tiro inimigo e é então atingido, encontrando aí a morte. [...] Às 07:00 horas, são avistados [sobre Diu] os primeiros aviões inimigos Vampire e Ouragan, voando a baixa altitude. Pouco tempo depois, em 2 vagas de 4 aviões cada, iniciou-se o bombardeamento do nosso território [distrito de Diu], começando por Passo Seco que ficou praticamente destruído, seguindo-se Passo Covo, rádio-farol que ficou logo destruído, Queuri, palácio de Malala e estação radiotelegráfica. O posto de Passo Covo (composto pelo 1Cb GF José Domingos Cartaxo da Assunção e pelos guardas Manuel Martinho Rebocho, Manuel Fernandes Júnior, João Maria Narciso, António Joaquim Perdigão, Armando R. Pais Avó, Domingos Aquiles dos Santos e Anibal Pereira), que heroicamente resistira a várias investidas das forças indianas, é incendiado e evacuado tendo o pessoal escondido o material. A Emissora de Goa, que iniciara às 07:00 horas o seu programa habitual – “Alvorada musical”, seguindo-se um passe-doble –, deixou de se ouvir após 10 minutos de emissão. [...] Cerca das 07:05 horas a aviação inimiga iniciou o bombardeamento do aeroporto [de Dabolim] e, 10 minutos depois, o da emissora de Bambolim. [...] Uma esquadrilha de Camberra ataca o aeroporto de Dabolim, bombardeando as pistas de altura aproximada aos 3 mil metros, superior ao alcance das peças de 4cm que tentavam proteger o aeroporto. Pela mesma hora, aviões de combate a jacto bombardeiam a estação-rádio de Bambolim, que inutilizam. [...] Chega [ao Agrupamento Afonso de Albuquerque] a notícia que o alferes de infantaria [António José Abreu Abrantes] ali em serviço, morrera nesse ataque da aviação. [...] Às 07:30 o navio Afonso de Albuquerque consegue comunicação com Lisboa, (mantendo-se essa ligação até cerca das 10:30 horas): são recebidas mensagens do Estado-Maior da Armada solicitando a posição do navio, e do Secretariado da Defesa Nacional para o comandante-chefe, pedindo informações sobre as operações terrestres. [...] Pelas 07:30 horas, 2 aviões a jacto sobrevoaram a região [de Damão] a baixa altitude e, após ligeiro reconhecimento, atacaram as fortalezas utilizando bombas, rockets e metralhadoras. Na fortaleza de São Jerónimo é atingida a casa do pároco e na praça a Bateria, o Instituto de Nossa Senhora de Fátima, o palácio do Governo, a Sé, o Tribunal, o Frigorífico e a estação-rádio, havendo a assinalar o ferimento de 2 civis. O ataque durou cerca de meia hora. [...] Às 07:30 começou [em Diu] o ataque aéreo contra a Fortaleza. Vindo 2 aviões quase em cima da lancha [Vega], o comandante [Oliveira e Carmo] deu imediatamente voz de fogo ao artilheiro António Ferreira. Os 2 aviões passaram no seu 1º ataque à Fortaleza, mas logo a seguir retornaram para atacar a lancha. Os ataques sucediam-se tanto de um bordo como do outro, aos quais se respondia com a maior energia. O marinheiro-artilheiro [António Ferreira] é substituído na peça de 20mm pelo grumete-artilheiro Venâncio dos Ramos. O 1º golpe sofrido proveio de um ataque vindo do enfiamento do sol e em cruz feito por 2 aviões, o qual atingiu a lancha entrando a rajada pela amura de estibordo e saindo pela alheta de bombordo, causando a morte imediata do marinheiro-artilheiro Ferreira que foi varado pelas costas quando se encontrava a remuniciar um dos carregadores da peça, e cortando as pernas pelas coxas ao comandante [Oliveira e Carmo]. Motivado por este ataque resultou o incêndio que se propagou à casa da máquina e seguidamente à ponte de comando e cobertas, o qual pôs termo à resistência da pequena lancha Vega, tendo esta parado em virtude de as bichas de aceleração dos reguladores terem sido cortadas pela citada rajada. Enquanto o marinheiro-electricista Francisco Mendes Freitas transportava o comandante para a popa da lancha, com o fim de o deitar dentro do bote para ser levado para terra, deu-se novo ataque dos aviões sendo a lancha metralhada totalmente pelo través de bombordo com sucessivas rajadas: o comandante foi atingido mortalmente no peito; o grumete-artilheiro Venâncio dos Ramos foi ferido na perna esquerda; o marinheiro-telegrafista Costa Bagoim no ombro esquerdo e nas costas (com o braço totalmente destroçado na zona do músculo e o furo de 1 bala de 20mm que o varara das costas para a frente sobre o rim esquerdo); ao marinheiro-artilheiro Anibal dos Santos Fernandes Jardim [da LFG-Folque], foi cortada a perna esquerda pela canela; ficou ileso o marinheiro-electricista Freitas. Este marinheiro, depois do mortífero fogo levantou-se e debruçando-se do lado de bombordo viu os seus camaradas feridos e o bote inutilizado metendo água, obrigando os homens que nele se encontravam a nadar em direcção à terra mesmo feridos. O marinheiro Freitas também se lançou à água, em direcção a uma balsa que tinha sido lançada a título de precaução e que se tinha afastado por causa da corrente e do vento. Nesta altura o marinheiro Anibal pediu socorro em virtude de se encontrar com a perna cortada, tendo sido socorrido pelos marinheiros Silva e Freitas. A lancha parou enquanto as munições rebentavam com grande estrondo e grossas colunas de fumo se elevavam no ar. Muito lentamente, a lancha foi-se afundando, arrastando consigo os corpos do comandante [Oliveira e Carmo] e do marinheiro-artilheiro António Ferreira. Foi então que o marinheiro Armando Cardoso da Silva, tirando o cinto de salvação amarrou um dos seus atacadores à balsa e outro à cintura para melhor poder nadar e rebocar os feridos. O marinheiro Freitas tinha uma bóia debaixo do corpo e nadava com um braço para assim auxiliar o seu camarada. [...] Pelas 07:40, deu-se o 2º bombardeamento ao aeroporto [de Dabolim], recebendo o comandante [do Agrupamento Vasco da Gama], pouco depois, a confirmação da BArt2 de que a pista principal fôra atingida em vários pontos. Entretanto, vários navios de guerra inimigos, avistados ao largo, aproximavam-se da costa. O major Cardeira da Silva decidiu deslocar o seu posto-de-comando, de Alparqueiros para sudoeste dos Estaleiros Navais de Goa. [...] Entretanto, o bombardeamento ao sul da ilha [de Angediva] continuava a ouvir-se e, pelas 08:00 horas, um cruzador que estacionara em frente à praia Grande iniciou violento fogo de artilharia de bordo, batendo a área onde se encontravam os nossos homens [da Diligência]. O edifício do posto de rádio ficou parcialmente destruído. Um pouco antes o alferes Ribeiro, o furriel Ramiro da Fonseca e o cabo maqueiro António Baptista Xavier tinham-se deslocado em direcção à zona de floresta, nas imediações do posto-rádio, local mais atingido pelo ataque do cruzador indiano. Aí os 3 militares encontraram a morte. Do cruzador saíram 3 barcaças de desembarque e outras 2

da fragata, dirigindo-se à praia Pequena. Os nossos militares, que se tinham instalado junto da muralha em frente ao posto-rádio, abriram fogo contra as barcaças que vinham para terra. Os navios-de-guerra retomaram o ataque às zonas da praia Pequena e do posto-rádio, ocasionando nesta última o incêndio da área onde se encontravam instalados os nossos homens, obrigando-os a retirar apressadamente para norte da ilha. Momentos depois, 2 violentas explosões assinalavam a destruição do paiol localizado perto da igreja de Brotas. [...] Pelas 08:00 horas o inimigo estava exercendo forte pressão ao longo do eixo de retardamento [Onda-Usgão-Candeapar], o que obrigara os pelotões de Sanquelim e Onda a retirar. [...] Cerca das 08:30 horas, o inimigo invadiu a fronteira sul de Goa (Polem). O pessoal dos postos de fronteira recolhe à península de Mormugão. Às 09:00 horas, o Plano Sentinela entra em acção para o nosso Agrupamento [Afonso de Albuquerque], e é dada ordem para a destruição da ponte de Ordofondo. Abandonámos o quartel de Navelim. Ao atravessarmos as ruas de Margão, famílias amigas acenavam-nos das varandas com os lenços, e havia lágrimas de comoção nos olhos da maioria. [...] Cerca das 09:00 horas surgem ao largo do porto de Mormugão, a uma distância variando entre as 6 e as 14 milhas, 3 fragatas indianas. O pessoal [do navio Afonso de Albuquerque] ocupa então os pontos de combate de superfície. [...] Pelas 09:00 horas, [em Damão] o comandante do Agrupamento Constantino de Bragança [e governador distrital major Costa Pinto, dá] ordem para continuar a resistência. Pouco depois surgia o 2º ataque da aviação. 2 aviões a jacto bombardearam e atingiram a praça, a casa da Marinha e outros edifícios já anteriormente alvejados. 3 criancas que naquele momento saíam do Asilo, são surpreendidas pelo fogo inimigo, morrendo 1 delas. Outros 3 civis ficam feridos em consequência dos estilhaços de 1 bomba. Em Damão Pequeno o quartel da CCac12 é atingido, inutilizando o posto-rádio e ficando feridos com estilhaços o furriel Rogério da Silva, o 1Cb Pedro Esteves dos Santos e o Sld Ramiro Rosa de Oliveira. [...] Cerca das 09:30 horas, surgiram a sul da ilha [de Angediva] os primeiros elementos inimigos. Dado que o local onde [os elementos do posto da Fonte] se encontravam era facilmente referenciável, decidiram retirar para junto do Depósito de Água. No entanto, o soldado Damuno Vassu Canencar atrasou-se na progressão e foi alvejado pelo fogo das tropas indianas, encontrando a morte. Alcançado o depósito de água e instalada novamente a metralhadora, o seu apontador soldado Armando Teixeira assim como os restantes camaradas abriram fogo, conseguindo deter o avanço inimigo, causando várias baixas. Após intenso tiroteio e dado que começaram a sentir-se cercados, foram forçados a retirar em direcção à Diligência. Entretanto as munições haviam esgotado. Durante o combate, o cabo António Jesus Costa foi ferido. [...] Às 10:00 horas ocupámos [Agrupamento Afonso de Albuquerque] a nossa posição perto da igreja de Nuvem. [...] Pelas 10:00 horas, chegou junto à fortaleza da Aguada a lancha Quintanilha, que, não podendo atracar em virtude da maré baixa, comunicou de bordo vir, por ordem do comandante dos portos capitão-tenente Abel de Oliveira, para evacuar a guarnição da praça da Aguada. [...] A partir das 10:15 horas, os ataques da aviação [sobre o território de Diu] alternavam com os bombardeamentos do cruzador Nova Delhi. [...] Às 10:30 horas, encontrava-se já todo o pessoal [do comando do Agrupamento Vasco da Gama] no novo posto-de-comando, ficando em Alparqueiros as centrais telefónica e rádio do Agrupamento, localizadas na encosta sul. [...] Por volta das 11:00 horas, o último pelotão do ERec2 ultrapassou a ponte de Candeapar, a coberto do 2º pelotão instalado na margem sul daquele rio. A ponte de Candeapar era destruída e o ERec2 retirava para Pondá e daí para a Ilha de Goa. [...] Pelas 11:30 horas haviam aparecido em Ordofondo os primeiros elementos inimigos vindos do sul. O 3º pelotão do ERec4 retirou juntamente com o pelotão de atiradores da CCac10; antes de o fazerem, executaram intenso fogo sobre a margem oposta, tendo causado algumas baixas ao inimigo. [...] Perto do fim da manhã, o inimigo atingiu a região de Piligão, batendo com fogos de artilharia e carros de combate a área do pelotão de Tonca, obrigando este a abandonar a primeira posição. [...] Pelas 11:00 horas, a aviação inimiga executa [sobre Damão] o 3º bombardeamento, que incidiu principalmente sobre as posições da frente de combate, o quartel da PEI e a fortaleza de São Jerónimo. O posto de Bimpor é também atacado pela aviação, em atitude de represália dado o seu pessoal ter interditado o caminho que o inimigo deveria utilizar. O posto foi arrasado, não havendo baixas a registar pois a guarnição encontrava-se entrincheirada. Esta resistiu durante 2 horas e só retirou para Marvor após a destruição do seu posto. Entretanto o posto de Varacunda ficou sem munições. O furriel António Calado da Cruz Semedo da CCac12, oferece-se para ir renunciar aquele posto, tendo a viatura em que seguia sido alvejada. [...] Pelas 11:40 horas deu-se o 3º e último bombardeamento do aeroporto [de Dabolim], o mais violento de todos. O comandante da BArt2 capitão Fernando Lobo da Costa, informou telefonicamente que algumas bombas haviam caído nas proximidades da torre de comando, rebentando todos os vidros do edifício, inutilizando a aparelhagem TSF ali existente e a bomba de gasolina encontrava-se já a arder. As armas antiaéreas não chegaram a fazer fogo, em virtude de os aviões voarem a altitudes superiores ao seu alcance, pelo que só eram detectados quando passavam por cima das posições. Na guarnição de 1 metralhadora AA20 da BArt2, foram atingidos pelos rebentamentos os seguintes militares da CCac7: 1Cb 16/61 Joaquim Luís Duarte e Slds 66/61 Manuel Jordão Carreira, 91/61 Afonso Carlos Ferreira e 121/61 Armelindo Pereira Soares. [...] Às 12:00 horas as fragatas indianas aproaram em direcção ao porto, navegando a grande velocidade. Após alguns momentos, abrem fogo com toda a sua artilharia. O comandante, capitão de mar-e-guerra António da Cunha Aragão, imediatamente mandou picar a amarra, abrir fogo e sair do porto. Transmite ainda para a estação radionaval de Algés, em grafia, a seguinte mensagem: "Estamos a ser atacados. Respondemos". Uma das fragatas é atingida e retira-se, sendo substituída por 1 contratorpedeiro. Os navios inimigos passaram a cruzar aos rumos norte e sul, utilizando assim toda a sua artilharia no combate naval com o aviso Afonso de Albuquerque, tendo algumas granadas passado a rasar pelo Alto de Alparqueiros. [...] Entretanto começaram a surgir viaturas vindas da frente, transportando elementos da PEI que retiravam da fronteira. Apresentou-se no posto-de-comando [do Agrupamento Vasco da Gama] o tenente Canuto Pereira, que comandava 80 homens da polícia de Bicholim, na maioria naturais de Goa. Pouco depois chegaram os homens da polícia de Valpoi, num total de 25, que sob o comando do comissário José Jorge Teixeira se apresentaram no mesmo posto-de-comando. Entretanto continuava o combate naval com o aviso Afonso de Albuquerque, sendo assinalados

mais 3 navios-de-guerra indianos a umas 5 milhas da costa. [...] Quando o Afonso de Albuquerque guinava para bombordo, é repentinamente sacudido por violenta explosão. Um impacto directo atinge a torre directora. Encontra aí a morte o primeiro-grumete telegrafista José Manuel Rosário da Piedade, e ficou gravemente ferido o comandante Aragão, sangrando do peito pois fôra atingido por estilhaço junto ao coração. [...] O aviso Afonso de Albuquerque foi atingido pelas 12:20 horas, começando a guinar em direcção à região de Dona Paula. Os navios inimigos continuavam a fazer fogo sobre ele, que, apesar de adornado, voltou a ripostar. [...] Após ter dado combate e atingido 2 navios indianos, encalhara junto da margem direita do rio Zuari, e rendera-se, sabendo-se que a sua tripulação se encontrava salva. Todavia os navios indianos continuavam a fazer fogo, atingindo zonas de terra onde a tripulação se refugiara após abandonar o navio. [...] Cerca das 12:30 horas a resposta do general Vassalo e Silva foi de que “ainda não era altura da rendição”. [...] Cerca das 12:35 horas, o Afonso de Albuquerque fica paralisado em frente da praia de Bambolim e a uma centena e meio de metros da margem. Pelas 12:50 horas, há ordem para o pessoal fogueiro abandonar o navio. Uns utilizaram as baleeiras, outros fizeram-no a nado. O fogo inimigo, que momentaneamente fôra suspenso, é reiniciado. A Bandeira Nacional continuava içada. Cerca das 12:55 horas é a vez do restante pessoal abandonar o navio, com instruções para reunir em Dona Paula. [...] Pelas 12:45 horas, [na fortaleza de Diu] 1 rocket atingiu 1 morteiro, provocando enorme incêndio que se propagou às posições, impedindo a circulação entre as muralhas do 1º e 2º cercos, por se recear o rebenamento das munições de morteiro que se encontravam nas proximidades. A cobertura da Cisterna do Rei, onde estavam abrigados mais de 100 homens, é atingida e perfurada pelo fogo adversário. Pouco depois é alvejada 1 viatura que continha foguetes de sinais e munições de armas ligeiras, provocando o rebenamento destas e impedindo o trânsito no pátio da fortaleza e o acesso ao portão de saída. [...] O major Francisco de Moraes estabeleceu contacto rádio com aquela unidade [Agrupamento Afonso de Albuquerque] e obteve, pouco depois, ordem para a destruição [da ponte de Borim], que o furriel de engenharia Joaquim Alcobia cumpriu, eram precisamente 13:00 horas. [...] Cerca das 13:00 horas, o comandante da BArt2 confirmou que não tinha possibilidades de actuar por falta de observação e de transmissões. Face à situação, aquele oficial pediu autorização para que os militares da área do aeroporto se deslocassem para norte da estrada Cortalim-Aeroporto. Ao mesmo tempo, o movimento de viaturas e de civis, para Vasco da Gama e vice-versa, recrudescia, prejudicando os acessos ao posto-de-comando. Sob a direcção do adjunto do comando, capitão de artilharia Manuel Marrecas Portela Ribeiro, o comissário José Jorge Teixeira foi encarregado de, com o seu pessoal, fazer o policiamento da estrada, impedindo o trânsito de viaturas civis e estabelecendo igualmente a segurança próxima do posto-de-comando. Pouco depois chegava ao local o tenente Máximo com os homens da PEI de Colem, sendo encarregado de reforçar os efectivos daquela polícia estacionados em Vasco da Gama. Os bombardeamentos navais continuavam, passando algumas granadas a pouca distância do Alto de Alparqueiros. O capitão Albuquerque apareceu, informando que, do pessoal da polícia sob comando do tenente Canuto Pereira, praticamente só restavam ele e os seus graduados, pois a maioria dos [80] elementos tinha desaparecido. [...] Pelas 13:10 horas, a maioria dos oficiais e o imediato deixaram o Afonso de Albuquerque. O cadáver do primeiro-grumete Rosário da Piedade ficou a bordo. O comandante foi evacuado numa baleeira. [...] O major Tenreiro, acompanhado pelo major Silva Carvalho e capitães Mexia Leitão e Roberto Durão, dirigiram-se ao comando da Polícia e aí verificaram que o pessoal tinha deposto as armas e se recusara a combater. Havia no local documentos a arder e armas destruídas. Os comandantes da Polícia e da Guarda Fiscal declararam ao comandante do Agrupamento [Dom João de Castro] que os seus homens se haviam rendido. Novamente é contactado o general Vassalo e Silva, através do [comandante da Polícia] capitão Pinto Brás, “no sentido de se obter ordem de rendição, única forma de poupar a cidade de Pangim e a vida da sua população, sobretudo crianças e velhos, dada a inexistência de meios eficientes para resistir”. Uma vez mais, o governador-geral recusou o pedido. (...) A ponte de Banastarim foi destruída às 13:30 horas. Quando o major Francisco de Moraes e o capitão Couto Leite atravessaram o rio Zuari com os poucos elementos que restavam do Agrupamento [Centro], cruzaram-se com 1 embarcação onde seguiam o comandante-chefe, o comandante militar e o sub-CEM. [...] Um batalhão reforçado de pára-quedistas continua o ataque a Mapuçá, que ocupa cerca das 14:00 horas. O grosso da brigada, alcançando Piligão cerca das 12:00, após bombardear Tonca com artilharia e carros de combate, pelas 14:00 horas parte da coluna inicia a travessia do rio. [...] Pelas 14:00 horas, o comandante do ERec4 capitão António Pereira Coutinho, recebeu ordem do comandante da CCac10 para retirar imediatamente. [...] Por volta das 14:00 horas o comandante-chefe, o comandante militar e o sub-CEM deslocaram-se para a península de Mormugão, onde constituíram um posto-de-comando avançado, tendo o CEM permanecido em Agaçaím com o denominado Escalão Avançado do QG. [...] Cerca das 14:00 horas, dá-se [em Damão] o 4º bombardeamento da aviação inimiga, alvejando as nossas posições em Damão Pequeno, as fortalezas e as instalações das 2 companhias [CCac11 e 12] localizadas na cidade. [...] Receava-se [em Diu] que, a todo o momento, se desse a explosão do paiol da BArt4, pelo que foi dada ordem para a evacuação da fortaleza, sendo parte do pessoal obrigado a saltar de uma muralha com 6 metros de altura, a leste do baluarte de São Jorge e do lado do fortim do Mar, e o restante por uma seteira na galeria do baluarte de São Domingos. Todas estas operações, que decorreram sob a acção da aviação inimiga, ficaram concluídas pelas 14:15 horas, altura em que foram bombardeadas a fortaleza e o fortim do Mar. [...] Já havia algumas horas de luta com o mar quando o marinheiro Silva começou a não poder abrir os olhos, por os ter cheios de gásóleo, dizendo para o Freitas que o guiasse. Ouvia-se o marinheiro Aníbal dizer que não podia mais, tendo-o então passado para cima da balsa. Em frente de Podamo foram aproximando-se de terra, onde estiveram a nadar mais de 1 hora quase no mesmo sítio, até que conseguiram entrar na rebentação tendo sido lançados para as rochas. Nesta altura notou-se o silêncio e a cor muito branca do marinheiro Aníbal dos Santos Fernandes Jardim, que se encontrava morto, tendo dito o marinheiro Costa que tinha morrido perto de 1 hora antes mas que se calara para que não houvesse desânimo. Com a ajuda de 1 natural de Diu, pôs-se a balsa em seco, tendo ficado em cima da mesma o corpo do infeliz marinheiro Aníbal. Os marinheiros Silva, Freitas e Costa chegaram a terra

depois de 7 horas a nadar. Cerca das 15:00 horas, cessam [no território de Diu] os ataques aéreos e navais, permanecendo ao largo o cruzador Nova Delhi e continuando os aviões a sobrevoar a ilha. [...] Os nossos militares [em Angediva] encontravam-se já sem munições, aguardando os acontecimentos. Embora sem qualquer reacção por parte das nossas forças, o cruzador reiniciou o ataque à ilha de Angediva, que durou até às 15:30 horas. [...] Cerca das 15:30 horas apareceram quase simultaneamente em Nuvem, o ERec4 e a CCac10. O facto resultou de má interpretação do capitão Duarte a uma ordem verbal do comandante do Agrupamento [Afonso de Albuquerque], que aquele oficial foi encarregado de transmitir à CCac10. [...] Pelas 15:30 horas, perante a ameaça do avanço inimigo sobre Pangim, o patriarca das Índias Dom José Vieira Alvernaz, acompanhado pelo capitão Pinto Brás e pelo secretário-geral dr. Abel Colaço, contactou com o governador-geral, perto das posições da Polícia, no sentido de que fosse dada ordem de rendição. Mas o general Vassalo e Silva não acedeu a esta proposta. [...] Perante a total impossibilidade de continuar a combater, [os efectivos do posto da Fonte em Angediva] resolveram reunir-se ao grupo de civis que permanecia em Angediva na construção de 2 casas perto do aquartelamento. Foi nesse local que, desconhecendo o que se estava a passar noutros pontos da Ilha, se renderam cerca das 16:30 horas às tropas indianas. Nessa ocasião, já se lhes tinham reunido os elementos do Posto da Capela, forçados também a retirar. [...] Às 16:30 horas do dia 18 de Dezembro, encontravam-se na praia Grande 3 grupos de prisioneiros: um, constituído por 8 elementos dos núcleos da Diligência, posto de Rádio e posto do Miradouro; outro, por 13 elementos dos postos do Altinho, Fonte e Capela; e um terceiro, com 9 civis do serviço de obras. Faltavam à contagem 7 militares: alferes Ribeiro, furriel Ramiro e cabo Xavier, vítimas do bombardeamento do cruzador indiano; soldado Canencar, morto em combate ao retirar do posto da Fonte; cabos Nelson Bragança e Valdemar Marques, e soldado Manuel Caetano, escondidos no interior da ilha. [...] Pelas 16:30 horas, dá-se o 5º bombardeamento da aviação [no distrito de Damão], ficando arrasado o posto de Catriá. [...] Às 16:40 horas chegou ao posto-de-comando do Agrupamento [Vasco da Gama] o general comandante-chefe, acompanhado do brigadeiro comandante militar e do capitão Albuquerque. Só perto das 17:00 horas terminaram os bombardeamentos dos navios indianos. Do aviso Afonso de Albuquerque, já encalhado, saíam rolos de fumo. [...] Pelas 17:00 horas recomeçou o ataque à Fortaleza [de Diu], que se prolongou até ao anoitecer. De igual modo o aeroporto sofreu violento bombardeamento, ficando as pistas muito danificadas e os edifícios destruídos. Ao fim da tarde foi evacuada a aldeia de Gogolá. O comandante do Agrupamento [António da Silveira] deixou a fortaleza e dirigiu-se primeiro ao quartel da BArt4 e depois ao posto-de-comando da CCac, instalado junto do dispensário Amichande Rupchande. Uma vez aqui, o major Fernando de Vasconcelos fez a análise da situação e concluiu que “se havia feito o que humanamente era possível, não devendo tentar-se prolongar a resistência. Nestas condições, resolveu render-se” e comunicou então aos seus oficiais a decisão que tomara. [...] Os navios-de-guerra indianos continuavam [ao largo de Goa] varrendo com o seu fogo a entrada do porto e o estuário do Zuari. A lancha Sirius estava encalhada em Dona Paula, com os motores em funcionamento. No cais encontrava-se bagagem abandonada, algumas viaturas e o cadáver do primeiro-sargento escriturário António Duarte Santa Rita, vítima do bombardeamento que o local sofrera. O primeiro-tenente Mendes Rebelo, conduzindo uma viatura, procurou evacuar os feridos, acabando por transportar o comandante Aragão ao Hospital Escolar de Pangim, cerca das 17:10 horas. [...] Algum tempo depois foi captada uma mensagem informando que o ERec3 e o ERec4 haviam atingido a linha Adsuli-Navelim-Maina. O general Vassalo e Silva resolveu ficar instalado junto do posto-de-comando do Agrupamento. [...] Cerca das 17:30 horas, a aviação indiana efectuou [sobre Damão] o 6º bombardeamento. Foram então utilizadas bombas incendiárias, que atingiram o mercado e o armazém da Junta do Comércio Externo, havendo a assinalar a morte de 6 civis e o ferimento de outros. Na cidade de Damão Pequeno o soldado Leonel Milhanas é atingido com 1 tiro nas costas. O comandante do Agrupamento [Constantino de Bragança] encontra o alferes Américo Maltês Soares, que o acompanha na deslocação que pretende realizar em direcção ao inimigo. Quando percorriam uma das ruas da cidade, o major Costa Pinto é atingido por 1 bala na coxa direita e cai ferido. O alferes Maltês Soares, que se deslocava do outro lado da rua, correu imediatamente em socorro do seu comandante, fazendo primeiro 1 rajada de pistola-metralhadora para lhe cobrir a progressão. Conduz o major Costa Pinto ao posto de socorros, onde é assistido pelos médicos tenentes Luís Leite de Noronha e Mateus Marques. [...] Eram 17:45 horas a cidade [de Pangim] apresentava um aspecto de total abandono, não se vendo praticamente ninguém, nem população, nem elementos combatentes. Janelas e portas fechadas, as ruas desertas de trânsito. O ERec1 reuniu nas imediações da Casa Internacional e o capitão Silva Reis deslocou-se para junto do edifício do QG. Entretanto a artilharia inimiga havia atingido o Alto de Saligão e começara a regular o tiro sobre Pangim, tendo uma granada caído frente ao Hospital Escolar e a outra junto da estrada que se dirige para o Altinho. Simultaneamente, 8 carros de combate apareceram em Betim, entrando imediatamente em posição ao longo do rio Mandovi. [...] Soube-se então que o inimigo atravessara o rio Zuari utilizando barcaças de minério, servindo-se depois de camionetas civis para o seu transporte. [...] Face a todas estas circunstâncias, foi concluído que resistir constituiria sacrificar inutilmente a cidade, a sua população e a tropa. O comandante [major Acácio Nunes Tenreiro] do Agrupamento [Dom João de Castro], decidiu propor ao inimigo a rendição das nossas tropas. Assim foi colocada numa árvore, junto ao rio Mandovi, 1 bandeira branca. Simultaneamente, o comandante do Agrupamento enviou ao QG 1 mensagem. Foram então procurados 2 parlamentares no Patriarcado, tendo-se oferecido monsenhor Antão que se dirigiu a Betim, onde conferenciou com o comandante das forças inimigas. Quando regressou, informou o major Acácio Tenreiro de que o inimigo garantia tréguas até às 10 da manhã do dia seguinte, hora em que o comandante indiano viria falar com o comandante das forças portuguesas de Pangim. As nossas tropas recolheram ao Altinho, onde foi inutilizado todo o armamento, material de rádio e autometralhadoras. Foi então dirigida, através de Alparqueiros, nova mensagem ao QG, comunicando a informação transmitida pelo parlamentar. [...] Cerca das 19.00 horas, [no posto de socorros de Damão] o comandante do Agrupamento [Constantino de Bragança] determinou que se procurasse entrar em contacto com o adversário, a fim de se estabelecerem negociações. Dessa missão é encarregado o capitão Soares

Ogando, que se desloca com o alferes Maltês Soares, com 1 soldado [Jacinto João Guerreiro] e 1 guarda da polícia, em direcção ao inimigo. São recebidos a tiro quando se propunham estabelecer contacto. O soldado Jacinto João Guerreiro, que os acompanhava, é atingido e cai morto. Entretanto anoiteceu e cessam as acções de fogo de ambas as partes. [...] Pelas 7 da tarde, chegaram ao posto-de-comando do Agrupamento [Vasco da Gama] notícias de que a emissão da All India Radio referira que as tropas indianas iriam bombardear a cidade de Vasco da Gama, incluindo as instalações petrolíferas da Burma-Shell. Foi dada ordem à reserva do Agrupamento e ao pelotão de morteiros para se instalarem na região de Vadem, imediatamente a sul do posto-de-comando. Começou a correr o boato, trazido por civis, de que a cidade de Pangim se havia rendido. Cerca das 21:45 horas, apareceu no posto-de-comando o capitão-tenente Abel de Oliveira, comandante dos portos, que desembarcara no cais do Major e aí procurara saber se o pessoal da Marinha já tinha chegado. Trazia a notícia da queda de Pangim. Informou ainda ter visto tropas portuguesas desarmadas e formadas na Avenida Marginal da capital, e que num dos mastros se achava içada a bandeira da União Indiana. Pelas 10 da noite, o tenente-coronel Solano de Almeida, director dos TAIP, comunica ao posto-de-comando que o general comandante-chefe o autorizara a levantar vô com o avião dos TAIP que permanecia no aeroporto, assim como o avião dos TAP que chegara na madrugada do dia 18, os quais transportariam os civis que fosse possível evacuar. Após os bombardeamentos, os 2 aviões nada sofreram e durante a noite houve que fazer a remoção dos estilhaços e detritos provenientes dos bombardeamentos. Este trabalho foi realizado por várias viaturas colocadas lado a lado e de faróis apagados, para que o inimigo não detectasse a operação que se projectava. Entretanto apresentou-se no posto-de-comando [do Agrupamento Vasco da Gama] o tenente Carvalho Mendes da Guarda Fiscal, informando que desembarcara no cais do Major com os seus homens, trajando civilmente e sem armas, pois tinham conseguido fugir da ilha de Goa já após a rendição de Pangim. [...] Cerca das 22:00 horas, após ter tido conhecimento da rendição do Agrupamento Dom João de Castro, o general Vassalo e Silva deu ordem ao Escalão Avançado para se deslocar para a península de Mormugão. Este, ao atingir o cruzamento de estradas de Vasco da Gama e Dabolim, deparou com grande aglomeração de homens e viaturas de todos os tipos, algumas transportando enorme quantidade de explosivos, reinando nítida desorganização e havendo militares com armas depostas, declarando terem recebido ordem para não combater. Entretanto o CEM retirara-se do local, deixando ordem ao major Pimentel de Oliveira para dispersarem e para se deslocarem para os locais que entendessem. O major Francisco de Moraes dirigiu-se ao edifício dos estaleiros navais de Goa, onde todo o Comando permanecia recolhido nos seus aposentos. Ali encontrou o CEM e perguntou-lhe se era verdadeira a ordem que dera ao major Pimentel de Oliveira, obtendo resposta afirmativa e repetindo a indicação que aquele oficial havia transmitido. Esta cena foi presenciada por mais 4 oficiais [o chefe da 4ªRep/QG major Manuel Marques Peralta, o adjunto da 3ªRep/QG e oficial Ol/AgrCentro capitão Orlando Couto Leite, e os capitães Borda-d'Água e Gomes Leite], que acompanhavam o major Moraes. [...] Pelas 22:30 horas aproximou-se do cais dos estaleiros navais de Goa uma barça que transportava o comodoro Raul Ventura, comandante naval, e os oficiais e praças do respectivo comando. Deslocaram-se todos para a área do posto-de-comando [do Agrupamento Vasco da Gama]. Cerca das 22:45 horas, o major Cardeira da Silva deu ordem ao adjunto do comando, capitão Portela Ribeiro, para providenciar a mudança do posto-de-comando, em virtude de se considerar que o local já estava bastante referenciado pelo inimigo, devido ao grande número de tropas e viaturas que ali tinham ocorrido ao fim da tarde. Durante a noite, ouviram-se aviões sobrevoando a grande altitude o sector do Agrupamento. [...] Pelas 23:00 horas o capitão Martins Pereira, comandante da CCac3 constituída por tropas naturais, é informado pelo alferes Antunes Rapoula de que quase todos os soldados da companhia haviam desertado. Pouco depois, 1 jipe vindo dos lados de Cortalim, trazendo 2 soldados naturais e alguma mobília, passa na estrada em direcção a Margão. O capitão Pereira detém esses soldados e interroga-os. Dizem ser da CCac1 e informam que Pangim já fôra ocupada. [...] Cerca das 23:30 horas levantaram vô [do aeroporto de Dabolim], primeiro o avião dos TAP pilotado pelo comandante Reis, e depois o dos TAIP pilotado pelo comandante Solano de Almeida, tendo como primeiro-piloto José Tinoco e como navegador o capitão Manuel Chorão Vinhas². Após a descolagem do 1º, a artilharia dos navios indianos fez fogo para a zona do aeroporto, sem consequências. Estes aviões não seguiram o rumo normal, ao longo da costa, mas afastaram-se em direcção ao mar para dificultar a sua detecção. Ao chegar a Carachi, incólumes, as tripulações foram muito ovacionadas pelo arrojo da missão que desempenharam.»³

- «Concretiza-se a ameaça sobre Goa. A nossa Índia era um elo natural de ligação à Metrópole: foi dali que partiram barcos que levaram a Timor missionários e militares; era do seu Vice-Rei que até ao século XIX dependia o “governador e capitão-geral das ilhas de Solor e Timor”; era uma escala normal de paragem dos navios de e para Lisboa. Para nós, a queda de Goa foi dramática; sentimos quebrar-se um elo que nos unia à Europa e a África. O [comandante militar] brigadeiro Pires Barata muda a sede do comando militar de Dili para Maubisse, no centro de Timor junto às grandes montanhas.»⁴

¹ (nascido em 18Ago31 em Vendas Novas; completou em Évora o curso dos liceus e em Lisboa a licenciatura em Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica; na EPI-Mafra concluiu o COM, foi promovido a alferes e mobilizado para a Índia; em segunda comissão, foi mobilizado como tenente para chefiar a Polícia distrital de Damão; na sequência destas acções, em Mar63 será agraciado com a Cruz de Guerra de 2ª classe; após concluir o curso de promoção a capitão, cumpre uma comissão em Angola; regressado à Metrópole, entra para a Academia Militar onde faz o curso especial de Cavalaria, ingressando então no QP do Exército; nessa condição, faz mais uma comissão em Angola e outra em Moçambique; e a partir de 21Dez73 vai aderir ao “Movimento dos Capitães”);

² (seu irmão António é capitão de infantaria; em Mar63-Jun65 comanda a CCac406 no norte de Angola);

³ (Carlos Moraes, op.cit pp.99-271); ⁴ (Filipe Themudo Barata, governador de Timor)

1961 – Dezembro.19

Nas agências noticiosas de Lisboa são recebidos despachos da Reuter, AFP e ANI-UP que relatam a entrada de tropas indianas em Pangim e a rendição portuguesa:

- «Na parada do palácio do Halcão o comandante militar português adianta-se, perfila-se, faz continência e anuncia – em português –, a rendição das tropas portuguesas, por haver recebido ordens superiores nesse sentido durante a noite anterior.¹ O general indiano, acompanhado pelo marechal (!?) Pinto da FAP como intérprete, pediu ao comandante português a recolha de tropas a quartéis, arreou-se a Bandeira Portuguesa e hasteou-se a da União Indiana.»

- «Perante a desproporção das forças e a inviabilidade da resistência, um grupo de oficiais “reuniu-se” e decidiu por unanimidade a rendição da ilha de Goa. [...] No dia 19 de Dezembro às duas da tarde, no quartel-general em Vasco da Gama, o general Vassalo e Silva assinou o pedido de suspensão de fogo e mais tarde a rendição.»²
- «Pelas 00:00 horas do dia 19 de Dezembro, quando o comandante do Forte [da Aguada, alferes Pereira Pinto] se deslocava, na companhia do segundo-sargento de infantaria Horácio Mourão de Sousa, da Fortaleza para a residência, verificou que um jipão apagando e acendendo as luzes descia a estrada de acesso ao Forte da Aguada. Dirigiram-se à porta-de-armas e o sargento Horácio procurou identificar os indivíduos que haviam chegado e estacionado do lado de fora do quartel. Não responderam à senha, dizendo apenas serem elementos da polícia de Betim que vinham com ordens do comandante dos portos para evacuar a guarnição. Diziam apenas ser portugueses e que não fizessem fogo. Após mais uma troca de palavras, ouviu-se o ruído de armar culatras, ordenando o alferes Pereira Pinto que fosse feito fogo. Estabeleceu-se tiroteio, tendo sido lançada de fora uma granada-de-mão ofensiva que não causou baixas. O lança-granadas Piat, apontado pelo primeiro-sargento de cavalaria António Rodrigues Sabino, alvejou a viatura, destruindo-a completamente e atingindo os seus ocupantes. Morreram um major e um capitão indianos, tendo um tenente e um sargento recebido mais tarde tratamento no hospital, por ferimentos provenientes de estilhaços. Enquanto o jipão ardia, foram observadas explosões provenientes de munições que continha. O inimigo instalou-se na zona da porta-de-armas, batendo com o fogo das suas armas a área da residência e procurando infiltrar-se pela retaguarda dos edifícios da área, sendo apoiado pelos fogos de armas instaladas entre a estrada e a Igreja de São Lourenço. A metralhadora ligeira do posto da guarita abriu fogo sobre o Forte de São Lourenço e a zona arborizada a oeste, junto do mar, através da qual partiam incursões do inimigo. No decurso do ataque foram observados vários lançamentos de very-lights entre Candolim e Calangute, sendo referenciados pelo ruído movimentos de viaturas na mesma área. [...] Cerca das 01:30 horas ouviram-se [em Vasco da Gama] bombardeamentos longínquos na frente terrestre. Foi captada, pouco depois, uma mensagem-rádio referindo que a guarnição do Forte da Aguada se iria render. [...] Cerca das 02:00 horas o radiotelegrafista [da Aguada] informou o comandante do Forte de que tinha entrado em ligação com o Posto Valongo e em resposta foi-lhe comunicado que não podiam ser enviados reforços, e que se rendessem ou então seriam destruídos. A acção do inimigo só terminou cerca das 04:00 horas, não tendo conseguido penetrar em qualquer ponto da Praça. Pouco depois eram referenciadas pelo ruído viaturas de lagarta, que se deslocavam pela estrada que liga Cancelim à Aguada e se dirigiam à Fortaleza. [...] O comandante da CCac7, capitão Sousa Alves, informou pelas 04:15 horas que grupos de militares desarmados e desorientados estavam tentando entrar por várias zonas da cidade de Vasco da Gama. O general Vassalo e Silva resolveu deslocar-se à cidade juntamente com o comandante militar e o sub-CEM para se inteirar da situação. [...] Por volta das 04:30 horas, chega ao posto-de-comando do Agrupamento [Afonso de Albuquerque] o alferes Aresta Branco com notícias alarmantes. Conduzido até junto do major Rangel de Almeida, o referido alferes comunica-lhe que: o governador-geral, o brigadeiro comandante militar, e o chefe e subchefe do Estado-Maior, se encontravam num palmar entre Cortalim e Vasco da Gama; que outros elementos do QG haviam seguido para Pangim; que o Agrupamento Dom João de Castro se rendera; que a capital já havia sido ocupada pelo inimigo e que constava que outras tropas se estavam a render. [...] Às 04:45 horas, o posto-de-comando do Agrupamento [Vasco da Gama] deslocou-se para a região oeste de Vadem. Cerca das 05:00 horas o governador, acompanhado do comandante militar, visitou as posições da PEI a sul de São Jacinto. De regresso o comandante-chefe informou o major Cardeira da Silva que se iria deslocar às posições de Dabolim, onde já se encontrava o QG, e que posteriormente voltaria ao posto-de-comando do Agrupamento. [...] Eram 05:30 horas quando estes [carros de combate] começaram a descer a estrada em direcção ao Forte da Aguada. De repente, metralharam com intensidade a Praça, fazendo reconhecimento pelo fogo. Pelos ruídos ouvidos foi possível detectar a instalação de outros carros de combate [tanques AMX de fabrico francês] na zona da Igreja de São Lourenço. Em virtude de não haver armas anticarro que tivessem o alcance necessário para os atingir, aguardou-se o avanço da infantaria que acompanharia os carros, para então se iniciar o fogo de barragem. [...] Cerca das 05:30 o comandante do Agrupamento [Afonso de Albuquerque] dá ordem para o seu posto-de-comando abandonar Nuvem em direcção a Vernã. Atingido o planalto, o major Rangel de Almeida ordenou que se içasse uma bandeira branca na antena de uma viatura de transmissões, que as armas fossem agrupadas no solo e destruídas, e que as viaturas saíssem para os terrenos anexos à estrada e depois danificadas. Procedimento idêntico tiveram a CCac10, o ERec4 e o ERec3, por ordem dada pelo comandante do Agrupamento. Pouco depois, um avião de reconhecimento sobrevoou o local e fez sinal de que reconhecia a rendição das nossas tropas. [...] Pelas 07:00 do dia 19 de Dezembro, o inimigo lançou [sobre Damão] o sétimo bombardeamento aéreo, atingindo grande número de casas da cidade, em Damão Pequeno e algumas na Praça. Morrem o funcionário público Gaocar e o alfaiate Dadgi Irá. O major Costa Pinto determinou que se negociasse com as forças inimigas. Estas não aceitaram o contacto inicialmente estabelecido pelo adjunto [capitão Soares Ogando], que explicou a impossibilidade da presença do seu comandante em virtude de se encontrar ferido. O comando indiano exigiu, mesmo assim, a comparência no local do major Costa Pinto. [...] [No exterior do Forte da Aguada] dois carros de combate avançaram até às proximidades da viatura incendiada, ficando outros dois no alto da estrada apoiando os primeiros. Destas posições metralharam a Praça, não se registando baixas. A tropa de infantaria não acompanhava os carros, nem surgiu de qualquer outro sector. Vários militares indianos, mortos durante a acção, haviam sido evacuados em camionetas. Ao amanhecer, o comandante da guarnição ordenou que o pessoal do Posto da Residência retirasse para a Fortaleza, admitindo que o inimigo se dispusesse a um ataque aéreo. Ponderando todos os factores e a circunstância de ter à sua guarda cerca de cem presos que se encontravam nas celas, o comandante do Forte decidiu render-se, o que se verificou por volta das 07:30 horas. Pouco depois, tropas de infantaria surgiam ao longo da estrada com um efectivo superior a uma companhia. [...] Ao amanhecer do dia 19, os jactos indianos sobrevoaram Diu a baixa

altitude, sem fazerem fogo. Às 08:00 horas, o adjunto do Agrupamento [António da Silveira, capitão Rodrigo Peres Pinto Soares], encontrava-se junto à fronteira com o tenente-coronel Upendra Singh. [...] Cerca das 08:00 horas, os primeiros elementos da 50ª Brigada Para-queda, apoiados pela aviação, iniciaram a travessia do rio Mandovi, ocupando Pangim e seguidamente a Ilha de Goa. [...] Pelas 08:00 horas, dois aviões a jacto sobrevoaram a Praça da Aguada. Os militares portugueses feitos prisioneiros foram amarrados, inclusive o seu comandante, e embarcados em camionetas que os conduziram, primeiro a Betim e daí em direcção ao norte. Durante o trajecto foi-lhes possível ver o enorme aparato bélico de que o inimigo dispunha, nomeadamente carros de combate, viaturas anfíbias e canhões sem recuo. [Em Damão, às 08:30], foi transportado numa maca [o comandante do Agrupamento Constantino de Bragança] até junto da Quinta do Maneckgi, onde o comandante indiano tenente-coronel Bhonsale aceitou a rendição das tropas portuguesas. As nossas forças [em Damão] sofreram sete mortos e nove feridos. O número de baixas, por parte das forças indianas, foi de dezoito. Facto curioso foi o ocorrido com o alferes José Baptista da Silva, que na manhã do dia 19, sentindo que a resistência havia cessado e não aceitando cair nas mãos do inimigo, decidiu embarcar juntamente com o segundo subchefe da PEI António Teles Pereira e mais dezoito praças, num ‘pato-marinho’ rumo a Goa. Em virtude de não possuírem conhecimentos de navegação e de se ter partido um mastro do barco, foram impelidos pelo vento em direcção à costa da União Indiana, tendo chegado a Umergão onde foram presos e conduzidos depois a Damão. [...] Cerca das 08:45 o comandante-chefe chegou ao posto-de-comando [do Agrupamento Vasco da Gama, a oeste de Vadem], acompanhado do comandante militar, do sub-CEM, do capitão Silva Ramos e do major Rangel de Almeida comandante do Agrupamento Afonso de Albuquerque. [...] Pelas 09:00 horas, o comandante do Agrupamento Dom João de Castro foi procurado pelo capitão Minas da Piedade, segundo-comandante da Polícia, que lhe comunicou encontrar-se junto do portão da Messe do Altinho o comandante das forças indianas que operavam no norte, tenente-coronel ‘sikh’ Sujan Singh, que vinha acompanhado de um major e de um capitão. Foi estabelecido contacto e, pouco depois, surgiram as tropas indianas que ocuparam o Altinho, considerando-se as nossas forças, a partir daí, prisioneiras do exército da União Indiana. Pouco tempo depois comparecia no local o general Candeth (que passou a ser o governador militar), um brigadeiro e vários oficiais. [...] Às 09:20 horas o posto-de-comando [do Agrupamento Vasco da Gama] captou uma mensagem truncada, que parecia ser emitida pelo posto-rádio do Altinho, que fazia referência a uma mensagem do dia 18 dizendo que o período de tréguas para ajuste de pormenores da rendição iria até às 09:30 do dia 19. Cerca das 11:00 horas chegaram ao posto-de-comando os adjuntos do Agrupamento Afonso de Albuquerque e os comandantes das suas subunidades, que vinham conferenciar com o comandante-chefe, que os ouviu individualmente. [...] Na frente leste, cerca das 11:00 horas a coluna da 17ª Divisão inicia a travessia do rio Zuari em Borim, cuja ponte fôra destruída pelas forças portuguesas. Para essa travessia foram-lhe postas à disposição barcaças de minério pela firma Chowgulé que, na margem esquerda, igualmente forneceu as suas camionetas para transportar as tropas invasoras. A coluna progride então sobre Margão. Outra coluna da mesma Divisão atravessa o Zuari em Sanvordem e progride por Quepem, em direcção a Margão. Colunas apeadas do exército e da SRP haviam entrado por sudeste, iniciando operações de limpeza e ocupação do território conquistado. Estavam assim criadas as condições para efectuar o ataque final ao núcleo defensivo concentrado em Mormugão, uma vez que o Agrupamento Afonso de Albuquerque se rendera a meio da manhã. [...] O local da rendição [em Diu] foi mudado para junto da messe de oficiais, em virtude do palácio do Governo já se encontrar destruído. O comandante das forças indianas desembarcaria em Diu às 11:00 horas e, na presença do brigadeiro Jaswant Singh, o governador do distrito e comandante do Agrupamento [António da Silveira, major Fernando Alberto de Almeida e Vasconcelos], apresentou a rendição às tropas indianas. [...] Pelas 12:15 horas o general Vassalo e Silva informou que, face à rendição do Agrupamento Afonso de Albuquerque e à análise da situação das nossas forças, ainda em posição, tinha decidido render-se. Às 12:45 horas, numa das residências dos Estaleiros Navais de Goa, foi comunicada a todos os comandantes presentes a decisão tomada pelo comandante-chefe de se render. [...] Na manhã do dia 19 de Dezembro, o comando indiano já instalado em Pangim é informado da localização, em Caranzalem, da guarnição do Afonso de Albuquerque. Esta acaba por ser aprisionada pelas 13:00 horas, depois de o comandante das forças indianas se ter deslocado ao Hospital Escolar de Pangim para visitar o comandante Aragão, inteirando-se do seu estado e dos restantes feridos (tenentes Marques Pedroso, Sarmento Gouveia e Alçada Cardoso, segundo-sargento Joaquim Matias, marinheiro Valdemar Vieira Simões, e grumetes António L. de Araújo e Henrique Lourenço da Costa). A marinha indiana sofreu 5 mortos e 13 feridos. [...] O CEM tenente-coronel Mário Marques de Andrade, na companhia do patriarca das Índias Dom José Vieira Alvernaz e de um intérprete, o capitão graduado médico Garcia da Silva, é nomeado para contactar o comandante das forças da União Indiana, sendo portador de uma mensagem do general comandante-chefe Manuel António Vassalo e Silva, feita no QG de Vasco da Gama às 14:00 do dia 19 de Dezembro de 1961: “Nos termos do comunicado que junto a V.Exª e de acordo com a competência que me é conferida pela Carta de Comando do Governo Central, solicito a V.Exª a suspensão de fogo entre as nossas Forças, a partir deste momento”. O comunicado oficial a que se refere a mensagem, dizia: “Tendo a defesa da Península de Mormugão, reduto final da defesa – como base a ocupação pelas nossas forças de posições que pusessem a cidade de Vasco da Gama a coberto de fogos aéreos, terrestres e marítimos do inimigo e das consequências inevitáveis da luta próxima, e tendo ainda em atenção a desproporção das forças e meios em presença e que não permitem continuar a luta sem grande sacrifício de vidas de habitantes da cidade de Vasco da Gama, decidi, com o espírito bem constrangido e o sentimento pátrio bem presente, entrar em contacto com o inimigo na altura em que a sua aproximação faz perigar a população daquela cidade que desejo poupar, para se conseguir tréguas de acordo com a competência que me é conferida pela Carta de Comando. Nesta conformidade determino a todas as forças sob o meu Comando a suspensão do fogo”. [...] Na Carta de Comando [02Dez58], na sua parte III – “da cessação das hostilidades” – referia-se: “Salvo ordem expressa do Governo Central, a resistência na defesa dos territórios do Estado da Índia será conduzida até ao esgotamento das munições e víveres. Em nenhum

caso poderá o Estado da Índia negociar a paz ou mesmo os preliminares da paz; unicamente é concedido ao comandante-chefe a prerrogativa de estabelecer entendimentos com o inimigo para suspensão das hostilidades”. [...] No Agrupamento Vasco da Gama, último reduto defensivo de Goa, não chegou a haver combate. [...] Os poucos elementos do Agrupamento Centro, e bem assim os oficiais [maiores Francisco de Moraes e Marques Peralta, capitães Couto Leite, Borda-d’Água e Gomes Leite] que ouviram [ontem à noite] as palavras do CEM, e outros que o entenderam, decidiram deslocar-se para Agaçaím. Aí foram feitos prisioneiros por volta das 14:00 horas do dia 19, depois de terem tido conhecimento da rendição do Comando Superior. Deram depois entrada no campo de prisioneiros do Altinho, à excepção do major Moraes que baixou ao hospital por se encontrar ferido em resultado de um acidente. [...] Cerca das 14:00, as tropas indianas chegam ao Planalto de Vernã, onde somos [Agrupamento Afonso de Albuquerque] feitos prisioneiros. [...] O general [Vassalo e Silva] sugeriu o deslocamento para o Quartel de Alparqueiros, onde chegou por volta das 14:45 horas com os elementos do QG e o comando do Agrupamento Vasco da Gama. Uma hora depois surgiram na área dos Estaleiros Navais de Goa as primeiras tropas do exército indiano. Um major e, posteriormente, um coronel, com a respectiva guarda, chegaram ao aquartelamento de Alparqueiros e avistaram-se com o general comandante-chefe. Após terem conferenciado, foi dada ordem ao adjunto do comando, capitão Portela Ribeiro, para acompanhar um oficial indiano na recolha de algumas das nossas forças ainda em posição e de outros núcleos isolados e integrados no sector do Agrupamento. Nesta missão participou igualmente o major Carneira da Silva. [...] Cerca das 15:45 horas, chegam à zona de Vasco da Gama as primeiras tropas indianas, às quais se rendem as forças portuguesas ali instaladas. [...] O soldado Manuel Caetano foi o último militar a render-se, dando entrada nas prisões de Karwar no fim do dia 22 de Dezembro. [...] [Os militares feitos prisioneiros no Forte da Aguada] passaram a noite nas viaturas e no dia seguinte [20 de Dezembro] regressaram a Betim, de onde foram transportados para Pangim, indo reunir-se na Messe do Altinho aos prisioneiros aí concentrados. Foi apurado que os militares indianos que se dirigiram ao Forte da Aguada, fazendo-se passar por guardas da polícia de Betim, arquitetaram tal cena com base em informações obtidas por elementos que ali tinham ido para evacuar a guarnição. Como consequência da morte desses oficiais indianos, foi o alferes Pereira Pinto, no campo de prisioneiros, interrogado por quatro vezes, uma delas no palácio do Haidalcão, por um general indiano, que pretendeu conhecer vários pormenores da acção, assim como o motivo por que não se havia rendido, quando Pangim e outros pontos do território já o haviam feito. A acção da guarnição da Fortaleza da Aguada foi, a todos os títulos, altamente meritória, tendo o seu comandante sido posteriormente distinguido pela forma como se houve, frente às forças da União Indiana. Igualmente foram louvados os militares que se encontravam presos no Forte e que, face à situação, voluntariamente pegaram em armas contra o inimigo, pelo que tiveram comportamento de realce. No entanto, não foram dignos de referência pública precisamente os únicos militares que o comandante do Forte achou por bem salientar no seu relatório final. Foram eles: 1Sg Cav António Rodrigues Sabino, 2Sg Inf Horácio Mourão de Sousa, Fur Ml Inf António Duarte dos Santos, 1Cb José de Brito Ribeiro, Sld Carlos dos Santos Correia e Sld Manuel Fernando Perestrelo. [...] As tropas indianas, embora possuindo meios incomparavelmente superiores aos nossos, sofreram considerável número de baixas. Os prolongados bombardeamentos efectuados pelos navios de guerra, as precauções de que se rodearam, o teor dos interrogatórios reveladores de desconfianças fantasiosas, evidenciaram o receio enorme com que nos enfrentaram, sabendo, de antemão, dos reduzidíssimos meios de que dispúnhamos. Tal procedimento foi comum em todos os pontos de Goa, muito embora também resultasse de ordens rigorosas que haviam recebido no intuito de nos causarem o mínimo de baixas.»³

- «Há focos de resistência e heroísmo esporádico do lado português: Cunha Aragão e a tripulação do navio Afonso de Albuquerque, afundado após um duelo de artilharia com cruzadores indianos; o alferes Santiago de Carvalho e o tenente Oliveira e Carmo, mortos em combate. Mas tudo acaba facilmente num dia. Morrem 45 portugueses e 22 indianos.»⁴
- «O Estado-Maior decidiu modificar a ordem de resistência até ao último homem, e a bandeira branca foi colocada ao lado do carro do comando, num mastro improvisado com tronco de enorme árvore. O coronel Alonso Figueira deu ordens ao terceiro Regimento de Reconhecimento Mecanizado, para que fossem inutilizadas todas as viaturas e destruídas as armas. Imediatamente os soldados entraram em acção, cumprindo a determinação do comandante. Um pequeno avião de reconhecimento evoluiu sobre as tropas e, vendo a bandeira branca, fez um voo rasante em sinal de assentimento. [...] O general Vassalo e Silva, governador do Estado da Índia e comandante-chefe das tropas, permaneceu reunido com o seu Estado-Maior num barracão dos estaleiros navais, nas proximidades de Margão. Juntamente com Dom José Vieira de Alvernaz, o Patriarca das Índias, preparava a rendição. [...] Os soldados portugueses foram desarmados e a seguir, amarrados com cordas, em grupos de 50 e 100 homens foram transportados para Pangim.»⁵

Entretanto no areópago da ONU em Manhattan, a XVI-AG – por 83 contra 3 (Portugal, Espanha, África do Sul), e 2 abstenções (França, Bolívia) – aprova a Resolução 1699 para a constituição de mais um comité anticolonialista e especificamente antiportuguês, formado por delegados da Bulgária, Ceilão, Chipre, Colômbia, Guatemala, Guiné-Conackry e Nigéria, que é designado por Comité dos 7 e tem a exclusiva missão de:

- «Examinar as informações disponíveis sobre os territórios portugueses e formular observações, conclusões e recomendações à Assembleia Geral e a qualquer outro órgão que esta designe, para aplicar a [Resolução 1514, designada] “Declaração Anticolonialista”. Além disso a Assembleia Geral, a fim de as informações serem tão actualizadas e autênticas quanto possível, autorizava o Comité a receber petições e ouvir peticionários.»⁶

- «Se a princípio a posição pacifista de Gandhi fôra arvorada em bandeira pelo pândita Nehru, bem depressa foi sendo progressivamente abandonada, até ao ponto da indesculpável e despidorada invasão e conquista do Estado da Índia Portuguesa. É assim que na ONU um seu representante defenderia a tese de que Goa, Damão e Diu faziam parte integrante da União Indiana, e proclamaria: “Trata-se da eliminação dos últimos vestígios do colonialismo na Índia. Pense-se o que se pensar, com Carta das Nações Unidas ou sem ela, com Conselho de Segurança ou sem ele, esta é a nossa fé básica que em caso algum abandonaremos”.»⁷

¹ (refira-se que em Goa, desde a manhã de ontem estão cortadas as ligações com o exterior); ² (Stocker, op.cit pp.244);

³ (Carlos Morais, op.cit pp.104,117,141-143 e sgts,181); ⁴ (Antunes, op.cit pp.28); ⁵ (Nelson Gatto, jornalista brasileiro destacado em Pangim, in “O Dia em que Goa Caiu”);

⁶ (Duarte Silva, op.cit pp.327/8); ⁷ (Silva Tavares, secretário-geral da Índia 03Mai54-26Abr56)

1961 – Dezembro.20

Em Lisboa é difundido às 02:30 pelo Rádio Clube Português, um comunicado do ministro do Ultramar:

- «Não foi possível restabelecermos comunicação com o nosso Estado da Índia. Devo repudiar inteiramente as alegações da União Indiana no sentido de que as tropas portuguesas se entregaram sem resistência. Sei que instruções foram dadas às nossas autoridades e sei a alma que anima o general Vassalo e Silva.»
- «No dia 20 o general Chaudury, comandante-chefe das forças em operações, deslocou-se ao quartel de Alparqueiros para falar com o general Vassalo e Silva. O general indiano fez-se transportar de helicóptero. O governador aguardava-o num quarto, onde se encontrava também o capitão Azeredo [comandante das forças de polícia da Península de Mormugão], na qualidade de oficial intérprete. Quando Chaudury assomou à porta, o general Vassalo e Silva fez menção de se levantar, o que aquele não permitiu apressando-se a colocar-lhe a mão no ombro, obrigando-o assim a manter-se sentado. Puxou de uma cadeira e sentou-se à sua frente. Começou por dizer que se deslocava ali para o cumprimentar e saber se precisava de alguma coisa ou se pretendia algum tratamento especial. O governador agradeceu e disse que desejava ser tratado de forma idêntica à dos seus homens. O general Chaudury informou que a mulher do general Vassalo e Silva se encontrava bem e em segurança, e que o governo indiano estava a diligenciar no sentido de a enviar para Lisboa na próxima quinta-feira [dia 21]. Acrescentou que desejava cumprimentá-lo pela boa actuação dos combates travados em Mapuçá, Bicholim, Diu e Damão. Apesar dos poucos meios, os portugueses haviam reagido bem à acção das tropas da União Indiana. Disse ainda que tinha dado ordem para que os prisioneiros de Diu fossem evacuados para Goa. Terminou dizendo que se precisasse de alguma coisa o solicitasse ao oficial indiano, comandante do Campo. No fim, já pé, o general Chaudury, muito cordialmente, apertou a mão de Vassalo e Silva e retirou-se.»¹
- «A população comportou-se de uma forma admirável. Quando se deu o ataque em força, nunca se estabeleceu entre eles e nós um vazio que permitisse criar a sublevação. A seguir à retirada, à medida que as nossas tropas recuavam dentro de um plano de movimento retrógrado que a operação militar exigia, apareciam então esses elementos a receber os indianos. Onde dominava a nossa Bandeira, nunca houve um gesto de rebeldia ou de sublevação. [...] No acto da rendição, muitos mas muitos goeses, dos mais humildes, me vieram abraçar a chorar.»²

Ao longo do dia no Bairro Alto, a comissão de Censura veta a difusão de vários telegramas relacionados com a situação na Índia Portuguesa e expedidos por agências noticiosas estrangeiras, que referem «poucas baixas de ambos os lados, [92] presos libertados e civis não molestados». Mas a EN no seu noticiário da 21:00 cita um despacho da Reuter, que dá conta de ter sido «preso o governador». Logo a seguir em São Bento, o PM Salazar é pressionado por membros do Governo, no sentido de levar a conselho-de-guerra o general Vassalo e Silva e os 2511 militares aprisionados³ porque, «desobedecendo às ordens do presidente do Conselho de Ministros, não se bateram contra o invasor».

- «Nalguns casos foi-se ao ponto de mandar retirar as culatras das armas, não fosse algum louco lembrar-se de enfrentar o inimigo! [...] Sobre os escombros da derrota debate-se em Lisboa a questão da rendição. A polémica [...] gira entre os pólos do valer ou não valer a pena ter resistido. Pois se se estava de antemão derrotado, para quê sacrificar inutilmente vidas e esforços, argumentavam os defensores da atitude de Vassalo e Silva; que passara o tempo dos heroísmos inúteis e bem fizera o governador ao capitular sem derramamento de sangue. Que apesar de tudo nos devíamos ter batido, não só porque esse era o dever de um militar em cumprimento da Carta de Comando, como o brio e a honra do País a tal obrigavam. Para além disso, e no plano concreto das possibilidades, teria sido possível uma resistência de quatro ou cinco dias, o tempo que o Governo julgava necessário para lograr um cessar-fogo interposto internacionalmente. E, lembravam alguns, uma derrota sem combate podia ter consequências funestas no moral do Exército e da Nação, já então empenhados na frente de Angola. [...] O que se esperava dos comandos do Estado da Índia Portuguesa era que, compreendendo as implicações globais em jogo, tivessem resistido, já não até ao último homem (ninguém hoje resiste assim, no mundo ocidental), mas pelo menos de força a salvarem a honra da farda e da bandeira. Pelos vistos só um oficial subalterno e o comandante de Damão perceberam isto. E o dramático não era que uma burguesia sibarita, sem outros valores que não os escalados pelos privilégios gratuitos do “status” ou do dinheiro, não entendesse tal. Era que fossem oficiais, militares, os primeiros a achar loucos ou marceiros os que repetiam que era preciso que Goa não tivesse sido uma página vergonhosa para o Exército e para Portugal. [...] Alegou-se, como concurso de atenuantes, a existência de actos de sabotagem como caixotes de “munições” cheias de “enlatados”. Note-se entretanto que, para além do duvidoso destes factos, os relatos são unânimes em afirmar que os soldados estavam prontos a bater-se.»⁴

– «A queda da Índia, provocou naturalmente um profundo traumatismo nacional: era a primeira grande derrota visível de Salazar desde a sua chegada ao poder em 1928. Mais: era a primeira grande derrota de Portugal desde o Ultimatum de 1890. Vencido pela incompetência e pela venalidade de alguns dos seus chefes, a pior parte do Exército sentindo-se essencialmente responsável pela vergonha, tentou mais uma vez lançar as culpas para cima do regime e do seu antidemocratismo. Antes de regressar à rotina quarteleira, alguns militares ditos democráticos ainda tentaram [no final do ano] um último golpe de conveniência com Humberto Delgado, conspirando no estrangeiro e completamente enrodilhado pela escória mais abjecta dos inimigos do Estado Novo: contrabandistas, traidores ao serviço do MPLA, desertores, informadores da PIDE, ladrões e frustrados instalados em Argel.»⁵

¹ (Carlos Morais, op.cit pp.169/170); ² (Vassalo e Silva, cf Botelho da Silva op.cit pp.82/3);

³ (cf documento do espólio do ex-PM Salazar, na posse do sargento reformado da FAP João Lopes dos Santos, residente na Praia do Ribatejo, Almourrol; o dossier da invasão de Goa discrimina a relação de baixas: «em "falta" 37 oficiais e 981 sargentos e praças; prisioneiros 2511»);

⁴ (Nogueira Pinto, op.cit pp.402,403,415); ⁵ (Múrias, op.cit pp.99)

1961 – Dezembro.21

Em Lisboa o vespertino *Diário Popular*, relativamente à invasão da Índia Portuguesa, afirma que as tropas portuguesas – com excepção da guarnição do aviso Afonso de Albuquerque – «não se bateram ou nem chegaram a ter oportunidade de o fazer». Ao mesmo tempo, são recebidos mais despachos das agências Reuter e France-Presse, que descrevem pormenores da rendição: «general Vassalo e Silva assina acto de rendição menos de 36 horas após início da invasão; comandante da polícia e outros vinte oficiais que se entregaram declaram a jornalistas desejar ter-se combatido e morrido, mas as tropas não dispunham de meios de defesa, nomeadamente aviões».

– «O pessoal do Agrupamento Afonso de Albuquerque foi feito prisioneiro às 14:00 horas do dia 19 de Dezembro, no planalto de Vernã, pelas tropas indianas do Regimento Bhiar. Após quatro horas debaixo de sol para contagem dos prisioneiros, meteram-nos em camionetas civis e desembarcaram-nos pouco depois num coqueiral na margem esquerda do rio Zuari, entre Cortalim e a cidade de Vasco da Gama. Passámos aí pouco mais de dois dias. Na tarde do terceiro dia fomos embarcados em camionetas civis a caminho de Margão. O nosso destino foi Navelim. Ficámos alojados no que havia sido o nosso parque de viaturas, à retaguarda do quartel, apenas protegidos por um telheiro. Naquele local despejaram os 450 prisioneiros portugueses, sem agasalhos, sem colchões, deitados no chão, apenas com a roupa que traziam no corpo. Ali iríamos passar o primeiro mês no cativeiro, nas piores condições possíveis. Além dos três campos (Navelim, Pondá e Alparqueiros), existiram o da Praça da Aguada e outro em Pondá, este ocupado pelo pessoal de Diu, localizado paredes meias com o nosso (Alfa Detenu's Camp) e instalado em barracas de campanha. Numa casa incrustada na zona da floresta, em frente do campo de Pondá, encontravam-se prisioneiros o general Vassalo e Silva e os seus dois ajudantes, capitães José de Almeida Sande e José Veiga da Fonseca, isolados dos restantes militares e civis detidos em Goa. [...] Das notícias insertas no jornal "O Primeiro de Janeiro" de 21 de Dezembro, que referia factos relacionados com a invasão de Goa tão pouco reais que nos deixaram verdadeiramente perplexos, foi-nos fácil concluir do desconhecimento que existia ainda, em Portugal, sobre os acontecimentos da Índia Portuguesa. [...] Uma semana após o combate, foram vistos [em 26Dez61] vários cadáveres de militares indianos no Canal de Chassi e que, numa estação de caminho-de-ferro próxima de Diu, haviam sido carregados alguns vagões com cadáveres. Do nosso lado, o total de baixas [no distrito de Diu] foi apenas de três mortos e dezasseis feridos.»¹

– «A descolonização do chamado Estado da Índia Portuguesa demorou 36 horas, 18 a 19 de Dezembro de 1961. Um dia e meio foi quanto resistiram cerca de 3 mil militares portugueses, colocados em Goa, Damão e Diu, à invasão dos territórios por cerca de 50 mil soldados indianos. Morreram na Índia 67 [?!]² militares da guarnição portuguesa; cerca de 3500 foram feitos prisioneiros.»³

– «O governador Vassalo e Silva, que como militar era um bom engenheiro civil e como engenheiro civil era um bom militar, rendeu-se sem quase disparar um tiro. Bateram-se os marinheiros do aviso "Afonso de Albuquerque", as diminutas guarnições de Damão e Diu, e os pequenos navios-patrolha de 24 metros que se atreveram a enfrentar os couraçados e os aviões hindus. Toda a estratégia diplomática de Lisboa, assente numa resistência de dias, se esboroava em consequência da debilidade moral e profissional dos altos comandos militares da Cova da Moura e do palácio do Hidalcão. [...] Vassalo e Silva [governador-geral do Estado da Índia Portuguesa e comandante-chefe do CTIEI] era o último dos cobardes por ter assinado a rendição sem poderes para tanto: acabou por se inculpar o governador-geral por uma ilegalidade burocrática; claramente, o comandante-chefe nunca foi responsabilizado por cobardia diante do inimigo (não se lhe concedendo sequer [mais tarde] a dignidade de um conselho de guerra que requereu e a que tinha direito). Cinzentamente perdíamos os restos do nosso fabuloso império hindustânico.»⁴

¹ (Carlos Morais, op.cit pp.276-279,297,262); ² (trata-se de mais uma ficção oposicionista; por outro lado, segundo a versão de Freire Antunes, teriam sido 45 os mortos portugueses durante a invasão); ³ (João Paulo Guerra, in "O Regresso das Caravelas", pp.29/30); ⁴ (Múrias, op.cit pp.97)

1961 – Dezembro.27

No parlamento de Nova Delhi, o PM Nehru defende-se das críticas internacionais de que tem sido alvo, por ter invadido o Estado da Índia Portuguesa.

1961 – Dezembro.30

Em Pangim, o correspondente da *Reuter* informa que no campo de concentração goês em Pondá se encontram civis e militares portugueses, que actuaram contra as tropas invasoras em Pangim e região norte de Goa. Entre os prisioneiros estão: naturais de Santarém, o major de cavalaria Francisco José de Morais¹ (comandante do Agrupamento Centro), e o capitão Rui de Sousa Cambeses do RA6, o imediato do navio *Afonso de Albuquerque* segundo-tenente José Maria Caldas Frazão Pinto da Cruz, e o capitão da aviação civil Hernâni Anjos; preso em Damão, da *LFG-Antares* o segundo-tenente Fausto Morais de Brito e Abreu, filho do ex-comandante da PSP-Santarém coronel Brito e Abreu; e o capitão de cavalaria Roberto Ferreira Durão, de 29 anos, casado e pai de um menino de quatro anos e de uma menina de cinco meses.

Entretanto chegam a Lisboa no navio *Índia* proveniente de Mormugão, numerosos familiares dos militares que ficaram prisioneiros naquele campo: entre os desembarcados, a mulher do general Vassalo e Silva, acompanhada de um médico e de uma aia; e D^a Maria Eugénia de Sousa Leitão Morais e filhas do major Francisco José de Morais. É emitido pelo Governo um comunicado, de acordo com informações da CVI dadas sob absoluta reserva, relativo à resistência das tropas portuguesas ao ataque indiano a Goa, Damão e Diu. Entretanto é promulgado o dec.44142 com «disposições destinadas à resolução de alguns problemas emergentes dos acontecimentos ocorridos na província portuguesa do Estado da Índia»².

¹ (um dos oficiais que, em 22Mar63, é reformado compulsivamente); ² (Morais e Violante, op.cit pp.176)

1961 – Dezembro.31

Em Lisboa a imprensa diária reproduz um comunicado da *Reuter*, com informações oficiais do governo da União Indiana sobre as 123 baixas (incluindo a tripulação do navio *Afonso de Albuquerque*), resultantes da invasão sobre o Estado da Índia Portuguesa: Portugueses – mortos 1 oficial e 16 outros militares sem graduação, feridos 1 oficial e 30 outros militares sem graduação, desaparecido 1 praça metropolitano¹ e nenhuma baixa entre os goeses; Indianos² – mortos 2 oficiais, 1 sargento e 18 praças, feridos 53 militares.

¹ (Manuel dos Santos Caetano, do DstCac10-Angediva, desde 22 de Dezembro cativo na prisão de Karwar);

² (este número de baixas indianas é inferior aos factos apurados, referindo-se apenas ao distrito de Goa)